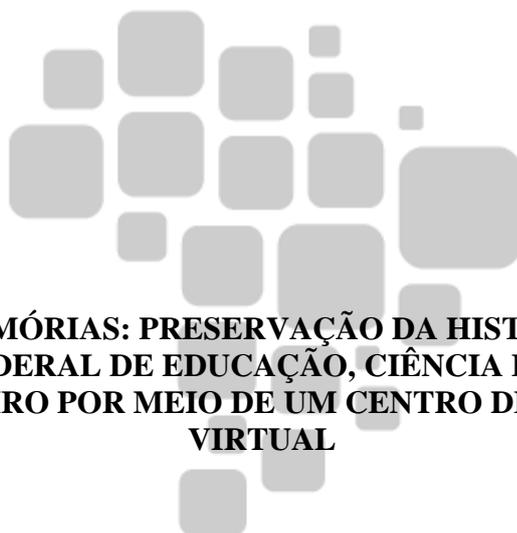


**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – CAMPUS AVANÇADO UBERABA PARQUE
TECNOLÓGICO**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

CAIO RESENDE



**COLECIONANDO MEMÓRIAS: PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO POR MEIO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
VIRTUAL**

PROFEPT

MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL
Triângulo Mineiro**

UBERABA-MG

2021

CAIO RESENDE

**COLECIONANDO MEMÓRIAS: PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO POR MEIO DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
VIRTUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima.

UBERABA-MG

2021

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

R311c Resende, Caio.
Colecionando Memórias: preservação da história e da memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro por meio de um Centro de Documentação Virtual / Caio Resende. – 2021.
100 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Triângulo Mineiro –Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, 2021.

1. Memória. 2. Memória coletiva. 3. Memória Institucional. 4. Centro de documentação Virtual. 5. Instituto Federal do Triângulo Mineiro - História.
I. Lima, Geraldo Gonçalves de. II. Título.

CDD- 370.113

CAIO RESENDE

COLECIONANDO MEMÓRIAS: preservação da história e da memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro por meio de um centro de documentação virtual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico*, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2021.

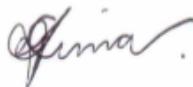
BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcelo Ponciano da Silva

Membro - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Dr. Gustavo Araújo Batista

Universidade de Uberaba - Uniube



Dr. Geraldo Gonçalves de Lima

Orientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

NOTA: Excepcionalmente por conta da pandemia do COVID-19 e seguindo as instruções normativas IN02, IN03 e IN04 do IFTM e o Ofício Circular nº 10/2020-DAV/CAPES, as defesas presenciais estão suspensas, podendo ser realizadas apenas virtualmente. Assim, esta ata foi lavrada pelo Presidente da Banca e apresentada aos demais membros durante a defesa virtual, tendo os mesmos dado ciência e concordado com o seu teor.

CAIO RESENDE

**PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
VIRTUAL DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – CEDOCV-
IFTM**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 25 de fevereiro de 2021.

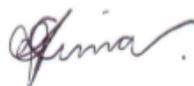
BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcelo Ponciano da Silva

Membro - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Dr. Gustavo Araújo Batista

Universidade de Uberaba – Uniube



Dr. Geraldo Gonçalves de Lima

Orientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

NOTA: Excepcionalmente por conta da pandemia do COVID-19 e seguindo as instruções normativas IN02, IN03 e IN04 do IFTM e o Ofício Circular nº 10/2020-DAV/CAPES, as defesas presenciais estão suspensas, podendo ser realizadas apenas virtualmente. Assim, esta ata foi lavrada pelo Presidente da Banca e apresentada aos demais membros durante a defesa virtual, tendo os mesmos dado ciência e concordado com o seu teor.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que durante a minha jornada contribuíram de alguma forma para a realização desta dissertação. Familiares, amigos, professores, colegas de classes e de trabalho, que de alguma forma iluminaram ideias e clarearam o caminho para o fim desta escrita.

Agradeço aos meus pais, Elenita e Joaquim, que nunca mediram esforços na minha educação, em todos os sentidos dessa palavra.

À minha irmã, Josiellen, por ser meu exemplo de pessoa estudiosa, inteligente e de bom coração.

À minha esposa, Aline, companheira, motivadora, amiga, mãe, mulher incrível e confiante das minhas dificuldades nesta jornada. Sem a sua ajuda jamais teria concluído este mestrado.

Ao meu filho, Arthur, que me ensina uma coisa nova todo dia. Agradeço e peço desculpas por ter tolhido o tempo que poderíamos passar juntos para escrever esta dissertação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima, pela confiança, pelo conhecimento e pela paciência, sempre procurando me indicar o melhor caminho, nunca determinando trajetos.

Aos professores Dr. Marcelo Ponciano da Silva e Dr. Gustavo Araújo Batista, membros da banca examinadora. Suas orientações enriqueceram e legitimaram meu texto.

Aos demais professores do programa e aos colegas de mestrado, que, em sua diversidade de conhecimentos, promovem um verdadeiro diálogo interdisciplinar, tornando mais abrangentes as concepções sobre a pesquisa.

Gostaria de registrar meu agradecimento a todos aqueles que Lete me privou de lembrar. Que a graça de Mnemosine ilumine suas memórias.

RESUMO

A presente pesquisa está inserida na área de concentração da Educação Profissional e Tecnológica e na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. A memória institucional é importante para preservar a história e a identidade das instituições. Com o esquecimento, uma instituição pode sofrer de uma amnésia coletiva, perdendo momentos importantes da sua trajetória. Para preservar a memória institucional, é necessário preservar locais de memórias e peças que a formam, como os documentos. Esta pesquisa tem como objetivo auxiliar na proposição de um centro de documentação virtual do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, almejando que esse produto educacional possa ajudar a reunir, preservar e difundir a memória e a história institucional. Como objetivos específicos a pesquisa teve como foco revisar conceitos de memória e memória coletiva; investigar onde estão e como são conservados os documentos que podem ser considerados históricos para o IFTM; delimitar normas e requisitos necessários para um planejamento básico de implantação do centro de documentação virtual, para que essas memórias sejam disponibilizadas em um ambiente de ensino não formal. Para alcançar os objetivos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. A investigação foi desenvolvida com base teórica apoiada em pesquisadores, como Jacques Le Goff (2013), Maurice Halbwachs (2006), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (2007), Frances Amelia Yates (2007), Theodore Roosevelt Schellenberg (2002), Heloísa Liberalli Bellotto (2007), Marilena Leite Paes (2004) e Viviane Tessitore (2003). A pesquisa documental foi realizada nos arquivos da Reitoria e do *Campus* Uberaba do IFTM e no Arquivo Municipal de Uberaba. Foram recuperados documentos que exemplificam a riqueza guardada nesses espaços de memória. Conclui-se que é possível e pertinente a criação de um centro de documentação virtual para dar amplo acesso à memória institucional do IFTM.

Palavras-chave: Memória. Memória coletiva. Memória institucional. Centro de documentação virtual.

ABSTRACT

The present research is inserted in concentration of Professional and Technological Education and in the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education. Institutional memory is important to preserve the history and identity of the institutions. With forgetfulness, an institution may suffer from collective amnesia, missing important moments in its trajectory. To preserve institutional memory, it is necessary to preserve locations of memories and pieces that form this memory, such as documents. This research aims to assist in the planning of a virtual document center at the Instituto Federal do Triângulo Mineiro, aiming that this educational product can help to gather, preserve, and disseminate the public agency's memory and history. As specific objectives, the research reviewed concepts of memory and collective memory. He investigated where they are and how documents that can be considered historic for the IFTM are kept. It sought to delimit norms and requirements necessary for a basic planning of the implantation of the virtual document center, so that these memories are made available in a non-formal teaching environment. To achieve the objectives, a bibliographic and documentary research was carried out. Theoretically based on researchers such as Jacques Le Goff (2013), Maurice Halbwachs(2006), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (2007), Frances Amelia Yates (2007), Theodore R. Schellenberg (2002), Heloísa Liberalli Bellotto (2007), Marilena Leite Paes (2004) and Viviane Tessitore (2003). A documentary research carried out in the archives of the Rectory of the IFTM, of the Uberaba *campus* of the IFTM and in the municipal archive of Uberaba. Documents were recovered that exemplify the richness of memory stored in these memory spaces. In conclusion, it is possible and pertinent to create a virtual document center to give broad access to IFTM memory.

Keywords: Memory. Collective memory. Institutional memory. Document Center.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPA DE PROCESSO SOBRE CONSTRUÇÃO DE <i>CAMPUS</i>	55
FIGURA 2 – FRAGMENTO DE PLANTA BAIXA.....	56
FIGURA 3 – CAPA DE PROCESSO SOBRE MOBILIDADE INTERNACIONAL.....	57
FIGURA 4 – ESERD.1.029 PRÉDIO DA ESERD NA ABCZ ENTRE 1960-70.....	59
FIGURA 5 – ESERD.1.001. 17 ALUNAS DA ESERD 1956.....	60
FIGURA 6 – ESERD.1.001.(144) ALUNAS EM AULA PRÁTICA 1970.....	60
FIGURA 7 – MATÉRIA SOBRE A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERABA – 1983.....	61
FIGURA 8 –PÁGINA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNESP.....	75
FIGURA 9 – CONSULTA AO ACERVO CEDEM-UNESP.....	76
FIGURA 10 – PÁGINA DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH – UNICAMP.....	77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DIFERENTES ATIVIDADES - ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU.....	47
QUADRO 2 – COMPARATIVO - ARQUIVO, BIBLIOTECA, MUSEU E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO.....	49
QUADRO 3 – RECOMENDAÇÕES PARA A CAPTURA DIGITAL DO CONARQ – ADAPTADA.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABCZ	- Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu
CEDOCV	- Centro de documentação virtual
CEFET	- Centro Federal de Educação Tecnológica
ESERD	- Escola de Economia Rural Doméstica
IFTM	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	A MEMÓRIA PRESERVADA DO IFTM.....	16
1.2	PROBLEMA INVESTIGADO.....	17
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	JUSTIFICATIVA	18
1.5	CAMINHO METODOLÓGICO	20
2	AS DIMENSÕES DA MEMÓRIA	23
2.1	LEMBRAR E ESQUECER	23
2.2	MEMÓRIA COLETIVA E INSTITUCIONAL	33
3	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA	38
3.1	DOCUMENTOS: DA PEDRA À NUVEM	38
3.2	CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E SEU PAPEL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA	42
3.3	ONDE ESTÁ A MEMÓRIA DO IFTM?	50
4	PLANEJAMENTO DO CEDOC-IFTM VIRTUAL	64
4.1	COMO SELECIONAR MEMÓRIAS?	64
4.2	O ARCABOUÇO DO CEDOC-IFTM VIRTUAL.....	71
4.3	CAMINHO DA LEMBRANÇA – DIVULGANDO MEMÓRIAS	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	APÊNDICE 1 – PRODUTO EDUCACIONAL.....	91

1 INTRODUÇÃO

1.1 A MEMÓRIA PRESERVADA DO IFTM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM e outras instituições componentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em consonância com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados mediante a integração dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Agrotécnicas federais. Contudo, a história de dois *campi* – Uberaba e Uberlândia, que compõem o IFTM, começa muito antes de 2008. O *Campus* de Uberaba-MG tem suas origens históricas em 1953, como Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural, e o *Campus* da cidade de Uberlândia-MG foi inaugurado em 1957, como Escola Agrotécnica Federal, com o curso técnico em Agropecuária.

Durante esses 68 anos existiram vários marcos históricos na vida das instituições que formaram o IFTM. Esses momentos estão registrados por meio de formatos, como documentos arquivísticos, organicamente acumulados pelos *campi*, ou documentos bibliográficos próprios ou de terceiros, referentes às atividades do IFTM, desde suas origens, ou ainda objetos que refletem a história dessa instituição. Esses momentos históricos igualmente estão em memórias e nas lembranças individuais e coletivas de ex-servidores, egressos, atuais servidores, estudantes e de qualquer pessoa ligada à trajetória do IFTM.

Essas memórias e esses documentos são fundamentais nas pesquisas envolvendo a história do IFTM. A memória desse está inserida em uma memória macro, a da educação profissional e tecnológica no Brasil. Não é possível entender a especificidade da história de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia sem ampliar a visão para a historicidade que o cerca durante o seu período de existência. Nem é possível escrever a história contemporânea da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil sem pensar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para que esse diálogo seja possível, entre a história institucional e geral, são necessárias fontes de pesquisa, formais e informais, oficiais e não oficiais. Essas podem estar espalhadas em vários locais, dispersas, não catalogadas, sem dados para a sua recuperação de forma adequada, sendo que ainda há fontes perdidas, memórias permanentemente inacessíveis.

Afinal, memórias são suprimidas ou pela morte do seu portador ou pela simples perda daquela memória. Documentos são apagados, destruídos ou perdidos. A mesma coisa acontece com os objetos que acabam deixando de existir ou ainda não significam nada fora do seu contexto original. Por exemplo, uma fotografia sem os dados corretos pode representar apenas uma imagem desconexa com a narrativa da sua produção. Com esses exemplos, percebe-se que são criadas lacunas na história, caso os documentos e as memórias não sejam de alguma forma preservados. Na história esses documentos fazem parte das fontes de pesquisa, podendo essas ser primárias, secundárias ou até terciárias.

Para preservar tanto a história quanto a memória, é preciso entender a trajetória do IFTM. Um centro de documentação é onde se coleciona documentos, independentemente da forma ou do tipo documental, pois tanto digitais quanto analógicos esses documentos ajudam a contar a história de um determinado assunto. Propõe-se o projeto de um Centro de Documentação Virtual focado no IFTM, para que exista um repositório confiável de informações sobre o instituto, ou seja, com um acervo temático. Para isso, há uma necessidade de entender os conceitos correlacionados a um centro de documentação, como memória, memória institucional, história do instituto, entre outros. É preciso também planejar uma trajetória entre o momento da seleção do documento e o momento futuro de consulta dele.

Além da revisão bibliográfica dos conceitos, o projeto de um Centro de Documentação exige uma sistematização de processos e uma conscientização da sua finalidade e importância. O projeto de um Centro de Documentação Virtual para a memória do IFTM será destinado à comunidade – alunos, professores, servidores e gestores – que procura um caminho para acessar e preservar a memória institucional.

1.2 PROBLEMA INVESTIGADO

Qual a importância e como efetivar o processo da preservação da história e da memória do IFTM? Dentro dessa problemática principal podemos também perguntar: que constituem os conceitos de memória, memória institucional, história e história institucional? Na busca por documentos é necessário também saber como são preservados, se há uso de normas relacionadas à ciência da informação no IFTM? Como a história do IFTM é divulgada para o público externo? Há algum repositório oficial da instituição? Onde estão os

documentos que são fundamentais para uma revisão histórica do IFTM? Como seria um protótipo de centro de documentação que ajude a preservar a história do IFTM?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Investigar conceitual e propositivamente projeto de centro de documentação virtual como auxílio no processo de preservação da história e da memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

1.3.2 Objetivos específicos

- Revisar criticamente os conceitos de memória, memória coletiva, história e história institucional.
- Investigar como são preservados os documentos, quais são os repositórios de documentos do IFTM dentro do seu contexto histórico.
- Delinear normas e requisitos para um Centro de Documentação como um repositório confiável de preservação da memória que subsidie a criação do projeto de centro de documentação virtual para o IFTM.

1.4 JUSTIFICATIVA

No Brasil a memória coletiva é turva, existindo um revisionismo dependendo do interesse do grupo que busca essa memória. Isso pode ser exemplificado na memória recente do período entre 1964 e 1985 no Brasil. Existem múltiplas memórias coletivas sobre esse período, uma parte da coletividade tem uma memória nostálgica e desejoso da volta de características dele. Por outro lado, há quase um consenso de historiadores apontando as negatividades do mesmo período. A memória, o esquecimento e os silêncios da coletividade são debates de muita importância para a História e para a formação de uma memória coletiva. No Brasil, apenas nos últimos anos, começa-se a criar debates sobre esses temas de forma mais consistente. Os objetos desses debates podem ser na amplitude da História do Brasil ou podem ser focalizados na história institucional ou de pessoas.

Analisou-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro não possui em seu organograma nenhum órgão especificamente responsável pela sua memória, como também não há um arquivo histórico instituído formalmente. Em contrapartida indica uma preocupação com sua própria memória, há ações procurando recuperar e preservar a memória do IFTM em datas comemorativas, como os aniversários dos *campi* ou da instituição como um todo. Ou seja, mesmo existindo uma preocupação com uma memória e sua criação e preservação, não se tem uma preocupação formal com essa memória, existindo apenas esforços pontuais e isolados.

Durante a elaboração do estado da arte sobre o tema abordado, foi perceptível a existência de escritos sobre os conceitos básicos, como memória coletiva e história institucional. Por sua vez, percebeu-se que não há quase nenhum trabalho que trata do planejamento de centros de documentação. É possível buscar um paralelo em trabalhos com temas correlatos, como os textos publicados sobre memória institucional e sobre práticas relativas à preservação de documentos ou memórias dentro do escopo das Ciências da Informação. Outro ponto é relativo à diferenciação entre centros de documentação e arquivos. Essa investigação também é escassa, acabando por ser tornar um desafio durante a pesquisa no momento de delimitar a área de atuação dos centros de documentações.

É relevante para a pesquisa e suas motivações o próprio cargo do pesquisador dentro do IFTM. Sendo arquivista efetivo da instituição, as atividades e atribuições do cargo englobam: organizar documentos arquivísticos institucionais e pessoais, criar projetos de museus e exposições, dar acesso à informação, conservar acervos. Além do mais, preparar ações educativas ou culturais, planejar e realizar atividades técnico-administrativas, orientar implantação das atividades técnicas. E, por fim, participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas, assim como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além dessas atribuições, também há o interesse pela História (sendo licenciado também em História) e sua ligação com a memória. Apesar das atribuições citadas, a realidade do trabalho é distante dos itens de planejar projetos de museus e exposições ou assessorar ensino, pesquisa e extensão. Criou-se durante o processo de escrita uma oportunidade de divulgar no ambiente de trabalho e nas aulas a importância da memória, da gestão documental e da preservação dos arquivos. Neste sentido, essa investigação consistiu em uma oportunidade de harmonizar o interesse pessoal pelos temas com as atribuições do cargo, buscando uma contribuição para o debate sobre a memória e sua preservação no IFTM.

1.5 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa objetivou a criação de um projeto de um centro de documentação virtual para o IFTM, justificando a importância da preservação da memória das instituições de ensino. Enxerga-se a hipótese de que a memória é um conceito importante e que é possível tomar medidas de preservação e divulgação. Para esse objetivo, foi projetada uma pesquisa básica, exploratória e com bases nos procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e documental.

Como primeiro caminho, a investigação trilhou a pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (2003), há várias fases nesse tipo de pesquisa: a primeira é a escolha do tema. Como já esclarecido, a pesquisa terá como foco a criação de um projeto de centro de documentação virtual para o IFTM e os conceitos que permeiam esse projeto, como a memória e a história institucional. Durante o levantamento prévio, constatou que a pesquisa seria predominantemente exploratória, ou seja, “tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior” (BRAGA, 2007, p. 25).

A pesquisa bibliográfica foi realizada de forma constante durante a escrita da dissertação e da elaboração do produto. Tratou-se de bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo nas plataformas citadas e outros documentos encontrados durante a pesquisa, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, dissertações, teses e outras fontes relevantes (LAKATOS; MARCONI, 2003). As primeiras buscas foram feitas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, que é associada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A escolha foi motivada pela abrangência e confiabilidade do repositório.

Constituíram os materiais revisados aqueles que tratam de conceitos de memória, história institucional, centro de documentação e Ciências da Informação, buscando a delimitação dos conceitos-chaves para uma fundamentação teórica sólida para a pesquisa. De forma concomitante, foram feitas leituras sobre a história do IFTM, buscando um contexto geral para a recuperação de documentos que possam fazer parte do Centro de Documentação idealizado durante a pesquisa. E partindo para um panorama ampliado, pesquisas sobre a história da educação, por uma necessidade de compreender o contexto em que a história e os documentos do IFTM foram produzidos.

Como pilares para a pesquisa bibliográfica, autores do campo da História ou de áreas correlatas à memória foram utilizados, como: Jacques Le Goff (2013), Maurice Halbwachs

(2006), Frances Amelia Yates (2007), Paul Ricoeur (2007), Andreas Huyssen (2000), Pierre Nora (1993), Michael Pollak (1989). Na área da Ciência da Informação pesquisadores, como Theodore Roosevelt Schellenberg (2002), Heloísa Liberalli Bellotto (2007), José Maria Jardim e Odila Maria Fonseca (1995), André Porto Acona Lopez (2002), Marilena Leite Paes (2004) e Viviane Tessitore (2003), foram revisados para a fundamentação da teoria e da técnica relativas aos centros de documentação. Por outro lado, conforme o prescrito pela pesquisa documental, as leis brasileiras sobre temas correspondentes a documentos, arquivos e acervos públicos também foram consultadas para a previsibilidade de limites legais de um centro de documentação.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, essa foi norteadada pela cautela na escolha dos materiais estudados para que não sejam reproduzidos dados errôneos ou interpretações distorcidas dos conceitos, da história da educação ou da história do IFTM. Para que os dados sejam bem analisados, pretende-se cruzar informações dos diversos autores pesquisados. Segundo Gil (2002, p. 45), “convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente”.

A pesquisa documental tem passos semelhantes aos da pesquisa bibliográfica, como a escolha do tema, leitura cuidadosa e confrontação dos dados obtidos (GIL, 2002). Segundo Lakatos e Marconi (2003), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. A investigação teve como foco dois gêneros documentais: o primeiro, restrito aos documentos textuais, ou seja, processos, memorandos, atas, despachos, normas, entre outros. E o segundo gênero documental serão os documentos iconográficos com imagens fixas, ou seja, as fotografias.

A pesquisa documental foi realizada principalmente em três arquivos. O primeiro deles na Reitoria do IFTM, destinado à guarda dos processos em estágio permanente e intermediário. Nesse arquivo foram procurados documentos de cunho permanente e que já estejam avaliados como documentos de interesse público. Após essa primeira triagem foram esquadrihados documentos que possam ajudar a contar a história do IFTM e exemplificar quais tipos documentais havia nesse arquivo. O objetivo dessa etapa era levantar alguns exemplos para o projeto de centro de documentação digital e revelar suas características. Não se almejou fazer um levantamento estatístico ou global desse universo documental.

O segundo espaço que foi pesquisado é o arquivo intermediário e permanente do *Campus* Uberaba do IFTM. Nesse espaço foi realizada a mesma abordagem, mas focando

fotografias históricas sobre o *Campus*. A existência delas foi verificada durante o planejamento da pesquisa. Não foi possível a visita ao local do arquivo, durante a escrita a maior parte dos servidores estavam trabalhando em casa e respeitando o distanciamento social, por motivos da pandemia vivenciada no ano de 2020 (Covid-19). Da mesma forma, não se pretendia criar um levantamento total desses documentos iconográficos, apenas alguns exemplares foram usados para o balizamento de um modelo de inserção de documentos no projeto de centro de documentação digital.

O terceiro apanhado de documentos foi conduzido no Arquivo Público de Uberaba focando documentos relativos ao IFTM, sua criação ou suas participações na vida pública de Uberaba. Nesse local foram recuperados documentos históricos relativos às instituições que precederam o IFTM, que fundam então sua história e criação. Esse momento da pesquisa foi repartido entre pesquisas prévias pela internet buscando documentos que já tinham sido digitalizados e estavam disponíveis e em um segundo momento em uma pesquisa no próprio Arquivo Público de Uberaba. Nessa etapa poucos documentos foram recuperados. Novamente não houve intenção de criar uma listagem totalizante desses documentos, e sim uma amostra. Após a triagem desses documentos, foram realizadas cópias, autorizadas quando necessário, para uso nos produtos educacionais. Para a criação delas, foram usados fotocopiadoras, fotografias, cópias em *pendrives* de materiais, que já estão no formato digital.

E o produto educacional tem aplicação atrelada à pesquisa, conforme as recomendações expressas no Documento de Área – Ensino – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2016). O produto é um projeto de centro de documentação virtual do IFTM, indicando como seria a padronização de recebimento dos documentos, a organização das informações, os campos necessários no site para que um pesquisador consiga acessar as informações colecionadas. Além disso, demonstrar quais documentos podem ser inseridos no centro de documentação, delimitando a sua área de atuação, demarcar quais e como os indexadores serão utilizados para cada tipo de documento. Esse planejamento tem como objetivo final ser um guia de implementação de centro de documentação virtual e terá como um dos objetivos dele a conscientização dos gestores do IFTM da viabilidade e importância da implementação de um Centro de Documentação na instituição para preservação de sua memória.

2 AS DIMENSÕES DA MEMÓRIA

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro.

José Saramago

Este capítulo pretende, em primeiro momento, revisar os conceitos da memória, a arte da memória e a evolução histórica do termo. Busca-se uma abordagem ampla desses conceitos, pois eles representam uma vasta polissemia. Em segundo momento mostrará que a escrita é focada no sentido da memória coletiva e institucional e como esses conceitos são usados em conjunto com a História.

2.1 LEMBRAR E ESQUECER

Lembrar e esquecer são partes fundamentais da vida humana. O lembrado normalmente é considerado importante ou marcante. E o esquecido é considerado irrelevante. Este é tanto acidental quanto proposital. Memórias pessoais são perdidas no decorrer da vida por vários motivos. E a memória guardada em documentos também pode seguir o destino do esquecimento. Antes de aprofundar no esquecimento, é importante tentar responder às perguntas de Ricoeur (2007, p. 23): “*de que há lembranças? De quem é a memória?*”

Na Grécia Antiga as respostas estão na mitologia. Mnemosine é a deusa da memória, enumeradora dos fatos. Faz oposição na mitologia ao rio Lete, o esquecimento, rio onde os mortos solviam a água para esquecer suas vidas passadas. Mnemosine também é a mãe das nove musas. Essas entidades eram responsáveis pela inspiração das artes e dos saberes. Nos versos das poesias, nas estrofes das músicas, nos hinos, nas comédias, na astronomia e na história eram preservadas as memórias dos gregos. Há uma íntima associação entre a memória e o esquecimento, logo na origem mitológica (YATES, 2007).

Enquanto filhas da Memória, as Musas detêm um poder luminoso cuja força, ao mesmo tempo, presentifica e encobre. Elas fazem revelações, *alethéa*, mas impõem, também, o esquecimento, *léthe*. É na voz das Musas, pelas palavras, na linguagem, que se dá a nomeação, a personificação, a revelação, e também o simulacro, a mentira, o esquecimento. Ulisses chora ao ouvir o canto do aedo sobre o que havia protagonizado. Chora ao escutar a história de sua própria vida (o acontecido, a

verdade). E consegue resistir ao canto das sereias (o esquecimento, a perdição, a morte) (SMOLKA, 2000, p. 169).

A memória exclusivamente influenciada pela deusa é exercida pelo poeta rapsodo, o *aedo*, ele guarda a visão do mundo e a consciência histórica do povo grego, formando uma base coesa para os grupos sociais. Essa capacidade de irromper com os limites do espaço e do tempo é dada pela memória. Recordar as histórias e os mitos e repassar para as gerações futuras é a função primordial da memória trabalhada por esses poetas. Percebe-se que na Grécia Antiga a memória está dentro do indivíduo, mas alude ao todo, ao coletivo, ao povo grego. A memória individual representa a memória coletiva (ROSÁRIO, 2002).

A poesia do poeta homérico, versão – autorizada – da palavra pública, tem, por isso mesmo, um poder de sustentar, de controlar, de certa forma, a cultura, a tradição. Mas se a tradição deve ser praticada e permanecer estável, precisa ser lembrada por todos. Precisa corresponder às possibilidades de memorização das pessoas comuns, e não apenas das mais bem-dotadas. Na memória rítmica, então, a maneira mais direta de imitação, de memorização, de sustentação da tradição. A Musa, voz da instrução, é também a voz do prazer. A memória toda de um povo é poetizada (SMOLKA, 2000, p. 166).

O lugar das lembranças é a imortalidade dos eventos. Assim como o esquecimento é a morte deles. Antes das tradições escritas os poetas tinham os quefazeres na memória rítmica para perpetuar as histórias e lembranças que sustentavam tanto as unidades, quanto o coletivo. Para recordar o passado, os gregos começaram a inventar técnicas de memórias. Simônides de Ceos teria sido o inventor da arte da memória usando um sistema mnemônico de lugares e imagens para recordar imagens, discursos e poemas. A memória, então, entre os gregos começa a ser tratada como uma disciplina secular, mas sem perder o aspecto divino (YATES, 2007).

Memória para coisas; memória para palavras! É significativo que os termos técnicos da memória artificial venham à mente do orador quando, como filósofo, ele demonstra a divindade da alma. Essa prova é incluída nos cabeçalhos das partes da retórica, *memoria* e *inuentio*. A força marcante da alma, de recordar coisas e palavras, é prova de sua divindade; outra prova é o seu poder de invenção, não no sentido de inventar os argumentos ou coisas de um discurso, mas no sentido geral da invenção ou descoberta. As coisas que Cícero enumera como invenções representam uma história da civilização humana dos tempos mais primitivos aos mais desenvolvidos (YATES, 2007, p. 67).

Há uma transição na forma de recordar. A memória é prova da divindade da alma para gregos e romanos e aos poucos é transmutada em técnica. Essa mudança acontece juntamente com o início da utilização da oralidade conjugada com a escrita. Essas mudanças alteram o

papel do poeta na sociedade e apontam outras transformações, como quem seria responsável pela guarda da memória do povo e como ela seria feita (SMOLKA, 2000).

Sócrates, em Fedro, aborda esse início de mudança entre a oralidade e a escrita. Ele conta a história entre Thoth, deus do Egito, e “Tamus, rei de todo o Egito, cuja corte então se encontrava na cidade que os helenos chamam de Tebas do Egito” (RUSCONI; SALVADOR, 2018, p. 438).

[...] o monarca quis saber a utilidade de cada uma das artes e, enquanto o inventor as explicava, o monarca elogiava ou censurava, consoante as artes lhe pareciam boas ou más. Foram muitas, diz a lenda, as considerações que sobre cada arte Tamus fez a Thoth, quer condenando, quer elogiando, seria prolixo enumerar todas aquelas considerações. Mas, quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória. – “Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra é julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites os teus alunos, não a sabedoria em si mesma, mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informação sem a respectiva educação! (PLATÃO, 2000, p. 120-121).

É notório que Sócrates não confiava na escrita para repassar seus ensinamentos. E nesse trecho, no qual posteriormente é acusado por Fedro de inventar o mito, demonstra sua visão de como a escrita pode distorcer a ideia de um homem sábio. Sobre o pensamento de Platão segundo Rusconi e Salvador (2018, p. 440): “signos externos afastará a palavra da verdade, segundo o ensinamento platônico, porque toda técnica de representação, figurativa ou abstrata que seja, está duplamente distante da *Ideia* que ela quer expressar.”

Platão no diálogo *Teeteto*, que tem como questão principal o conhecimento, escreve sobre a memória e relata a definição socrática para o conceito.

Sócrates – Suponhamos agora, só para argumentar, que na alma há um cunho de cera; numas pessoas, maior; noutras, menor; nalguns casos de cera limpa; noutros, com impurezas, ou mais dura ou mais úmida, conforme o tipo, senão mesmo de boa consistência, como é preciso que seja.

Teeteto – Está admitido.

Sócrates – Diremos, pois que se trata de uma dádiva de Mnemosine, mãe das Musas, e que sempre que queremos lembrar-nos de algo visto ou ouvido, ou mesmo pensado, calcamos a cera mole sobre nossas sensações ou pensamentos e nela os gravamos em relevo, como se dá com os sinetes dos anéis. Do que fica impresso, temos lembranças e conhecimento enquanto persiste a imagem; o que se apaga ou não pode ser impresso, esquecemos e ignoramos (PLATÃO, 1973, p. 88).

Repara-se que o bloco de cera é localizado na alma. E há distinções entre os indivíduos, ou seja, alguns são mais dotados de memória do que outros. A memória continua sendo um dom na visão socrática. A origem dela continua sendo inteiramente sobrenatural, presente ou invenção de alguma divindade (SOUZA, 2016).

A perspectiva de uma memória que representa algo ausente é contemplada nas ideias de Platão, colocando a memória no campo da imaginação ou, ao menos, misturando a ideia de memória e imaginação. Apesar de não rejeitar completamente a memória como técnica, Platão põe a memória em outro patamar. “A memória não constitui somente uma técnica, mas, especialmente, um reconhecer-se e um posicionar-se sobre as questões da realidade” (QUADROS; FONSECA-SILVA, 2016, p. 67). Lembrar é reconhecer a realidade para Platão, recordando as ideias pode-se alcançar a verdade.

Ricoeur (2007) nota que na problemática exposta por Platão memória e esquecimento estão juntos. A memória já era associada com uma luta contra o esquecimento nos sistemas mnemônicos e Platão confirma essa relação. Para ele, seria necessário guardar a correta lembrança daquilo que foi conhecido, entretanto o filósofo grego não faz em nenhum momento uma referência ao tempo, mesmo que esteja implícito, como justifica Ricoeur, isso se dá porque:

A referência ao tempo que eventualmente esperaríamos da expressão ‘conservar correntemente a lembrança’ não é pertinente no âmbito de uma teoria epistêmica que tem por aposta o estatuto da opinião falsa, portanto do julgamento, não da memória como tal. Sua força está em englobar em toda a sua extensão, pelo viés de uma fenomenologia da confusão, a aporia da presença da ausência (RICOEUR, 2007, p. 29).

Aristóteles opõe-se ao mestre, tratando o tempo como conceito fundamental na ideia de memória, ao lado da imaginação e das sensações. “Com a introdução do tempo na memória, Aristóteles apresenta o tempo como um transcorrer do passado para o presente, com isso, ele distingue a capacidade que conserva o passado da reminiscência” (QUADROS, 2016, p. 77). Aristóteles não considerava a memória apenas uma capacidade humana, era uma medida para a inteligência dos animais. (RICOEUR, 2007).

Para evocar o passado sob forma de imagens, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso atribuir valor ao inútil, é preciso poder sonhar. Talvez o homem seja o único ser capaz de um esforço desse tipo. Ademais, o passado, ao qual assim remontamos, é lábil, sempre a ponto de nos escapar, como se aquela memória regressiva fosse contrariada pela outra memória, mais natural, cujo movimento para a frente nos leva a agir e a viver (BERGSON, 1896 *apud* RICOEUR, 2007, p. 44)

A capacidade única do homem seria estabelecer a relação entre o tempo transcorrido com a memória enquanto usa sua capacidade de reminiscência. Após o discípulo de Platão incluir o tempo de forma clara no conceito de memória, ele nunca mais será dissociado. Além do tempo, existe a questão da imaginação. Como podemos ter certeza de que não imaginamos uma imagem que tomamos por uma memória? Imaginação e memória “tem como traço comum a presença do ausente” (RICOEUR, 2007, p.61). Pode-se afirmar que no senso comum definimos a imaginação como algo fantasioso e a memória como algo verídico e factual.

A memória dita real costuma ser objeto da “arte da memória” ou a memória como parte da Retórica. “História da arte clássica da memória deve sempre lembrar que essa arte pertencia à retórica, como uma técnica que permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável”. (YATES, 2007, p. 18). Daí a diferença entre a memória recordada e a memória treinada ou memória do hábito.

Vamos agora, considerar a valiosa casa de invenções, a guardadora de todas as partes da retórica, a memória... há dois tipos de memória, uma natural, outra artificial. A memória natural é gravada em nossas mentes, nasce simultaneamente com o pensamento. A memória artificial é a memória fortalecida ou confirmada pelo treino. Uma boa memória natural, e também uma fraca, podem ser melhoradas pela arte (*thechné*). Agora, eu vou falar da memória artificial... A memória artificial é estabelecida a partir de locais e imagens, a definição do guardado para ser repetido pelos tempos. Um local é um lugar facilmente apreendido pela memória, como uma casa, um espaço entre colunas, um canto, um arco etc. Imagens e formas, marcas e simulacros (*formae, notate, simulacra*) daquilo que queremos lembrar. Por exemplo, se queremos lembrar o gênio de um cavalo, de um leão, de uma águia, devemos colocar suas imagens em determinados lugares. A arte de memória é como uma escrita interna... os locais são como tábuas de cera ou *papyrus*, as imagens como letras, o arranjo e a disposição de imagens, como o script, e a fala, a recitação, como a leitura... Os lugares permanecem na memória e podem ser usados novamente, muitas vezes... Bastante já foi dito de lugares. Agora vamos para a teoria das imagens... há dois tipos de imagens, uma para coisas (res), e uma para palavras (verba). Isto quer dizer, memória para coisas forma imagens para lembrar de um argumento, noção, ou uma coisa; mas memória para palavras tem que achar imagens para lembrar de cada palavra. (Ad Herenium, apud YATES, 2007, p. 5-8)

A memória que revê, ou a lembrança construída pelo pensamento, seria a memória natural. Quando espontaneamente ou por reminiscências – esforço consciente – recordamos alguma imagem, algum texto ou acontecimento do passado. Essa primeira definição de memória não é o interesse da arte da memória, mas é fundamental para a base deste estudo. Visto que é por meio dessas memórias – ou falha delas – que indivíduos buscam ou criam Centros de Documentação (RICOEUR, 2007).

A outra é a memória que repete. Para esse tipo existem os manuais e a técnica. Essa também é prestigiada na educação. Ricoeur (2007) enfatiza que educar é economizar o

esforço de reaprender tudo a cada vez. Então cada sociedade usa a memória para repassar o conhecimento acumulado, e considerado importante, a cada geração. Novamente essa memória, além disso, é central na fundamentação teórica que justifique a existência de um repositório documental.

A arte da memória foi analisada na antiguidade por vários escritores, sendo que os tratados que chegaram até nós são os de Cícero, Quintiliano e sobretudo o do autor do tratado *Ad Herennium*. Cícero vê a memória como uma das cinco partes da retórica (*inventio, dispositio, elocutio, memoria e pronuntiatio*). Durante muito tempo, o principal motivo para se falar sobre memória era a sua utilidade na retórica (SELIGMANN-SILVA, 2006).

Os romanos antigos aprimoram as regras da arte da memória. Smolka (2000, p. 170) resume: “*Ad Herenium*, livro compilado por um professor anônimo de retórica; *De oratore*, de Cícero; *Institutio oratoria*, de Quintiliano; formalizam os princípios, propõem e detalham os métodos.” A memória então poderia ser treinada pelos oradores. Transformando a capacidade de recordar, segundo os relatos antigos, em algo quase sobrenatural. E esse desenvolvimento da memória pelos oradores acaba por atrair a atenção para os aspectos filosóficos e religiosos da memória (YATES, 2007).

A tradição da memória artificial vai ultrapassar o mundo dos romanos e chegar até a época medieval. A fonte usada na Idade Média é o *Ad Herenium*. Yates questiona (2007, p. 78) “quais eram as coisas que a devota Idade Média queria lembrar?”, preconizando a influência da época histórica sobre a memória coletiva de um povo.

Certamente, aquelas relacionadas à salvação e à danação, os artigos da fé, os caminhos para o Paraíso, por meio das virtudes, e para o Inferno, por meio dos vícios. Essas eram as coisas esculpidas nas igrejas e catedrais, pintadas nos vitrais e nos afrescos. E eram sobretudo essas que queria lembrar pela arte da memória, que seria utilizada para fixar, na memória, o material complexo do pensamento didático medieval. A palavra “mnemotécnica”, com suas modernas associações, é inadequada para descrever esse processo, que é mais bem representado como a transformação medieval da arte clássica da memória (YATES, 2007, p. 78-79).

Duas adições sobre a maneira de preservar a memória. A primeira é o uso da arte sacra como uma ferramenta para a memória. Mary Carruthers (2011), nos seus escritos sobre a memória na Idade Média, esclarece que as iluminuras nos livros sagrados, o vitral e a gárgula da Igreja, como outros símbolos, estavam presentes, inicialmente, por sua propriedade mnemônica. Assim a fé usava de todos os sentidos para cunhar uma memória sobre seus ensinamentos.

A segunda é a espiritualidade como centro da vida dos medievais. Faitanin (2006, p. 123), sobre os auspícios de Tomás de Aquino, define: “A memória é potência para o inesquecível. Deus nos deu a memória como faculdade para nunca esquecermos o seu amor. Potência para guardar o passado, vivificar o presente e modificar o futuro.”. Na Idade Média, a memória continua sendo divina.

A memória será tratada no medievo como parte da virtude prudência, a qual figura entre as virtudes maiores, ao lado da coragem, da justiça e da temperança (RICOEUR, 2007). A prudência é dividida em três partes, a saber: a memória, a inteligência e a providência (YATES, 2007). A reminiscência então ajuda a pessoa a retirar lições do passado para ser prudente no seu presente.

Tomás de Aquino aborda sobre a memória em seus estudos. Segundo (YATES, 2007, p. 94) o próprio pensador “possuía uma memória fenomenal, quando criança, na escola em Nápoles, ele guardava na memória tudo o que o mestre dizia”. Ele equiparou a razão, própria do ser humano, como sendo equivalente à virtude prudência, trazendo o pensamento aristotélico para o seu mundo. Com isso, Tomás não vai concordar que a memória faça parte da prudência. Ele usa os seguintes argumentos:

1. A memória se localiza na parte sensorial da alma, diz o Filósofo. A Prudência, na parte racional. Portanto, a memória não é parte da Prudência.
2. A Prudência é adquirida pelo exercício e pela experiência; a memória está em nós naturalmente. Portanto, a memória não é parte da Prudência.
3. A memória pertence ao passado; a Prudência ao futuro. Portanto, a memória não é parte da Prudência (AQUINO, *apud* YATES, 2007, p. 99).

Assim, Tomás de Aquino diferencia a memória natural da memória artificial ou treinada. A primeira seria a naturalmente adquirida e segunda seria a reminiscência, que é parte da prudência. Afinal, essa é exercida e baseada na experiência.

De fato, o Aquinate ensina que a memória é parte importante da consciência, mas muito mais do que importante ela é requerida no julgamento que a consciência realiza acerca do que foi feito[...]: não há consciência sem memória. De tal sorte, que a natureza da memória pode determinar o estado de consciência e pode, inclusive, tornar ainda mais lúcidos estes princípios intelectuais ou até mesmo estorvá-los. E para isso o pleno exercício e a memória destes hábitos intelectuais os dos primeiros princípios do entendimento como, por exemplo, o princípio da não contradição e o da finalidade jogam um papel determinante na formação da consciência moral (FAITANIN, 2006, p. 129).

Outro fator na Idade Média é a escrita. Essa foi usada em conjunto com as técnicas da arte da memória. Ricoeur (2007, p. 78) defende que “submetida a uma memorização de segundo grau, a memória dos medievais é objeto de elogios e de cuidados especiais, como é

de se esperar de uma cultura que conhece a escrita [...], mas não a impressa.” Duas fontes escritas estarão no cerne desse pensamento. A primeira os pensadores da Grécia e Roma Antiga e a segunda as Sagradas Escrituras e as dos doutores da Igreja.

Os tratados sobre a memória no período medieval são escassos. Mas isso muda no Renascimento. Nos séculos XV e XVI muitos pensadores voltam a ter a memória como tema de seus escritos. Em 1482, aparece o primeiro desses tratados sobre memória. Praticamente todos esses escritos, manuscritos ou impressos, seguem as regras de memorizar, com lugares, imagens etc. O que muda é a interpretação da finalidade dessa memória artificial. (YATES, 2007).

Um das utilidades abertas na Modernidade para o uso da arte da memória era empreender e usá-la para ganhar dinheiro. Yates (2007, p. 147) explica que “um homem com a memória treinada tem vantagem sobre os demais, o que lhe ajudará a sair na frente em um mundo competitivo”. Pedro de Ravena empreendeu ensinando a arte da memória, “sua fama como professor de memória provinha, em grande parte, do fato de ter trazido a mnemotécnica para o mundo laico” (YATES, 2007, p. 148).

A imprensa de tipos móveis de Johannes Gutenberg foi uma invenção que ajudou a mudar a forma de guardar o conhecimento e a memória na Modernidade. A mudança, entre memória puramente interna para a representada pela escrita, que Sócrates criticava, deixa de ser uma preocupação de um seleto grupo de letrados para ser de um crescente grupo de alfabetizados.

Esses tratados não podem recuperar o funcionamento de vastas memórias do passado, pois as condições de sua época, quando surgiu o livro impresso, destruíram as condições que tornavam possíveis tais memórias. O esboço esquemático dos manuscritos, visando à memorização, e a articulação de uma summa em partes ordenadas, tudo isso desaparece com o livro impresso, que não precisa ser memorizado, uma vez que existem inúmeros exemplares (YATES, 2007, p. 163).

Grupos sociais começaram a levantar críticas quanto às máquinas impressoras. Os copistas e os vendedores de livros manuscritos e os trovadores profissionais herdeiros dos poetas gregos. Todos esses temiam que seus ofícios estivessem ameaçados pela chegada dos livros impressos, assim como havia acontecido com os operadores de teares manuais na Revolução Industrial (BURKE, 2002).

Outro ponto importante sobre a memória na Idade Moderna, segundo Ricoeur (2007, p. 79), é a “união da mnemotécnica e do segredo hermético [...] Giordano Bruno, para quem convergem todas as análises de Frances Yates, é a figura emblemática dessa nova e quase derradeira fase do incrível percurso da *ars memoriae*”. A arte da memória demudasse em uma

arte oculta, um segredo para ser aprendido pelos magos do renascimento. Para os humanistas voltados para a racionalidade, a arte da memória estava morrendo, por culpa dos livros impressos (YATES, 2007).

Três gerações antes do Bruno, outro italiano fundia a arte da memória com o misticismo, Giullio Camillo. Esse tratadista da memória do Renascimento buscava criar um teatro da memória. Não apenas desejava escrever sobre a memória, mas sonhava em construir uma máquina/instalação que teria poderes mágicos sobre a memória das pessoas. Com isso,

[...] era justamente conseguir reduzir todo o conhecimento macrocósmico em um conjunto de imagens (microcosmo) que poderia ser assimilado por uma só pessoa, de tal modo que com um simples olhar sobre a imagens organizadas de um modo panóptico, poderíamos nos apropriar de todo esse saber. A verdade enquanto *a-lethéia* (termo grego para verdade que significa literalmente: não-esquecimento) tal como ela era pensada na tradição platônica, aliara-se de um modo anti-clássico à doutrina da arte da memória. Por outro lado, a atração renascentista pelo hieróglifo somada à releitura dessa tradição neoplatônica por um filtro cabalista transformaram, finalmente, a arte da memória em uma espécie de subgênero da escrita de mistérios e de enigmas [...]. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 37)

O projeto de Camillo e sua obra escrita nunca foram concluídos. Mas sua ideia continha uma visão de mundo e do funcionamento da natureza que refletia inteiramente a tradição hermético-cabalística do Renascimento. Dentro de seu teatro da memória qualquer pessoa poderia desenvolver qualquer assunto. Giordano Bruno herda esse conceito e combinando com as ideias de Ramon Llull inventa uma espécie de alquimia da imaginação e memória. O sistema de Bruno era altamente complexo e sistematizado (YATES, 2007).

Neste contexto, Bruno ganha tanto renome que é convocado pelo rei da França, Henrique III, para questioná-lo sobre sua memória. O rei pergunta a Bruno se a memória ostentada por ele era fruto de um dom natural ou era obtida por meios arcanos. O italiano vai se defender e afirmar que a sua memória advinha da ciência (YATES, 2007).

O desenvolvimento do método científico, apesar de não romper completamente com as tradições do ocultismo entre os pensadores europeus, traz mudanças para a forma de pensar a memória. Durante a Antiguidade a memória artificial era instrumento essencial para os filósofos e poetas. Na Idade Média, era uma ferramenta para o pensamento religioso. E, durante o renascimento, a importância decai no humanismo e é transferida para o campo das tradições herméticas. Agora a ciência começa a ter domínio sobre a memória.

Não podemos contentar-nos em registrar o fato de que a história das ideias não deu continuidade a essa cultura obstinada da memória e que um novo capítulo foi aberto com a noção de método, com o *Novum Organon* de Francis Bacon e o *Discurso sobre o método* de Descartes. Afinal, a *ars memoriae*, com seu culto a ordem, tanto

no plano dos lugares quanto no das imagens, era, a seu modo, um exercício metódico. É no cerne do empreendimento que é preciso buscar a razão de seu eclipse (RICOEUR, 2007, p 80).

E, para os críticos, a memória tinha chegado a um estágio perigoso: ignorar o esquecimento. Francis Bacon (1997) faz críticas aos excessos da memória artificial, apontando que a memória exclusivamente artificial é usada para uma ostentação dos prodígios de seus usuários. A arte da memória, então, é a “recusa exagerada do esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 80).

Bacon não era contrário à arte da memória, era praticante da memorização. Ele criticava esta como uma ferramenta vã e defendia a memória como uma instância constitutiva, ou uma parte do intelecto humano que poderia ser decomposta em várias partes para a visualização do todo. O seu exemplo para esse tipo de natureza é precisamente a memória (BACON, 1997).

Assim, seis são as formas menores de ajuda à memória: a interrupção ou corte do vagar ao infinito, a redução do intelectual ao sensível, a impressão recebida sob intensa vibração de ânimo, a impressão feita em uma mente pura, a multidão de ocasiões, expectativa prévia (BACON, 1997, p. 175).

A primeira forma menor de ajudar a memória é chamada de corte do vagar ao infinito, intimamente ligada aos lugares de memória da arte da memória. Bacon (1997, p. 174) defende antes desse resumo: “por essa razão os versos permanecem e prendem mais facilmente a memória do que a prosa”. Outro ponto para se destacar é a impressão recebida sob intensa vibração de ânimo, que ele resume (BACON, 1997, p. 174), “o que infunde medo, admiração, vergonha, deleite, ajuda a memória”.

A origem divina da memória deixa de ser um ponto de interesse ou relevância para os estudiosos iluministas. O Renascimento será refletido no século XVII, métodos e aspirações renascentistas incorporam-se na forma de pensar dos próximos séculos. Um leitor do século XVII não poderia prever como essas mudanças seriam drásticas. Para esse estudioso, os métodos de Bacon e Descartes eram apenas dois no meio de vários. Mas a forma racional de organizar o mundo vai influenciar todas as áreas de conhecimento (YATES, 2007).

Saltando para o século XIX temos no criador da psicanálise, Sigmund Freud, uma indicação de que a memória seria estudada no âmbito do cérebro humano. O esquecimento, representando pelas patologias, é focado nos estudos contemporâneos. O interesse desses estudiosos é responder sobre doenças que destroem memórias, suas causas e consequências (RICOEUR, 2007).

Freud começava a estabelecer a relação entre a memória e as patologias da mente. Na Carta 52 (FREUD, ano *apud* MASSON, 1986, p. 208), ele sustenta: “a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha se formado por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo, de acordo com as novas circunstâncias - a uma retranscrição”. Ele defende que nessas transcrições de memórias pode haver falhas e destas surgem enfermidades e traumas.

A memória individual carrega a ideia de que ela pode ser dividida, como os conceitos de memória primária e secundária, ou memória em curto prazo e memória em longo prazo, respectivamente. Além disso, estudos com pacientes amnésicos demonstraram uma diferença entre a memória que pode ser declarada e a memória que guarda procedimentos. Os estudos mostram a existência de outras divisões e há uma tentativa de padronizar uma taxonomia da memória (OLIVEIRA; BUENO, 1993).

A memória vai ser tratada como um sistema, no qual existe a aquisição, a retenção e a evocação da informação (IZQUIERDO, 2014). A memória humana, individual, será estudada então na contemporaneidade pela psicologia, medicina, neurobiologia, entre outras ciências biológicas. Esse modelo sistemático da memória será ampliado para outras áreas do conhecimento, como a computação e os estudos sobre inteligência artificial. Porém, esses debates extrapolam o objetivo deste trabalho, faltando agora explorar a memória fora do indivíduo, ou seja, a memória coletiva e seus desdobramentos.

2.2 MEMÓRIA COLETIVA E INSTITUCIONAL

Memória como a capacidade de lembrar fatos passados ou conservar algumas informações remete a uma memória psíquica, sendo o conceito de memória conexo ao senso comum. Como dito anteriormente, essa memória individual é tratada por várias ciências, como psicologia, neurofisiologia, biologia, entre outras. Em grande parte, esses estudos são direcionados para as perturbações da memória, sendo a principal a amnésia, ou seja, o esquecimento (LE GOFF, 2013).

Os conceitos de memória individual podem traçar paralelos na memória coletiva, seja essa de uma nação ou de uma memória institucional. Segundo o pensamento de Barros (2011, p. 318), a memória que “seria ao mesmo tempo estática e imprecisa, parcial e distorcida, passiva e não-criadora, significações vulgares como estas normalmente aplicadas à Memória Individual, cedo contaminaram a ideia de memória coletiva”. A definição de memória,

individual ou coletiva, como um banco de dados, não criador, passivo, impreciso por falhas em suas lacunas, não resiste mais dentro das ciências humanas (BARROS, 2011). A ideia de uma mera memória mnemônica também não faz parte mais dos estudos atuais sobre o tema (LE GOFF, 2013).

Apesar da memória coletiva não se confundir com a memória individual, pensadores das ciências humanas admitem que certas características da memória individual podem, metaforicamente, fazer paralelos com a memória coletiva. Um exemplo seria a amnésia individual transfigurar-se em metáfora da perda de memória, voluntária ou não, de uma coletividade. Tanto no indivíduo como na sociedade, esse esquecimento teria consequências para a sua identidade (GONDAR, 2008).

A memória é um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional. Porém, a memória não é apenas uma conquista dos indivíduos ou coletividades, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2013). As ciências humanas enxergam que a memória está relacionada às estruturas na sociedade, como sua política, cultura, religião, historicidade, entre outras. O foco nas ciências humanas costuma ser a memória coletiva, já que há uma certa conformidade da memória não ser puramente individual.

Mas a pedra de toque das pesquisas e reflexões mais recentes sobre a Memória Individual, um tanto paradoxalmente, foi a compreensão de que, mesmo esta Memória Individual sempre envolve importantes dimensões coletivas. Se a memória envolve um comportamento narrativo, e a narratividade é necessariamente um processo mediado pela Linguagem – esta que em última instância é produto da Sociedade – tem-se aqui maior clareza de como a dimensão coletiva também interfere na Memória individual. Para além disto, com a consubstanciação da Memória através da linguagem – falada ou escrita – a Memória abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada (BARROS, 2011, p. 319).

Socializar, libertar, manipular, apagar ou relembrar memórias no âmbito do coletivo é uma ação de poder, como afirma Le Goff (2013), criando verdadeiras batalhas pelas memórias e pelos silêncios (POLLAK, 1989). Há a ideia de memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006) em seu ensaio publicado de forma póstuma, *A Memória Coletiva*, de que todas as lembranças são coletivas. Segundo o autor, não existe uma memória individual, porque o homem nunca está só.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos

conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Halbwachs praticamente elimina na sua linha de raciocínio a ideia de uma memória meramente individual. Seu principal argumento é que uma pessoa nunca está sozinha quando cria suas lembranças. Mesmo se estiver sozinho fisicamente em uma experiência nova, influências do seu meio ambiente vão influenciar a criação dessa lembrança. Por exemplo, uma criança solitária entra em uma casa abandonada, a lembrança dessa experiência será construída com base no que seus pais, amigos e outros membros da sua comunidade já lhe contaram sobre o significado de estar naquele ambiente (HALBWACHS, 2006).

Existe uma diferença entre essa memória coletiva e disciplina história. A história é uma sequência de fatos, datas, acontecimentos e personagens marcantes, celebrações e lutos a serem lembrados. Apesar do paralelo com a memória, a história seria uma narrativa exterior e posteriormente lembrada pelo historiador por meio de suas fontes. Enquanto a memória seria algo vivo e interno das pessoas e dos povos (HALBWACHS, 2006).

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993, p. 9).

Pierre Nora (1993) também define memória coletiva como sendo as lembranças que ficam do passado dentro de um grupo, ou o que esse grupo faz dessas lembranças e como o coletivo modifica o passado. Le Goff avança as ideias de Nora:

História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva. Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (LE GOFF, 2013, p. 473).

Os lugares de memória coletiva são fomentadores para a escrita da história. Mas não se resumem a essa utilidade, a própria memória coletiva se molda em torno deles. E essa não depende de lugares físicos para existir. Não são necessários arquivos ou museus para um povo lembrar o seu passado, a memória coletiva ultrapassa esses locais (NORA, 1993).

Yoshimoto (2016, p. 18) afirma: “é papel da História desmitificar verdades cristalizadas em lugares de memória, como monumentos, pinturas, estátuas, entre outros, que representam fatos e personagens célebres, construtores de uma determinada sociedade”. Considerando esses avisos sobre a amplitude, independência e análise crítica da memória coletiva, concentramo-nos neste escrito em lugares de memória. Afinal, nesta dissertação o objetivo principal é projetar um lugar de memória.

Sempre houve lugares simbólicos de memória, como aniversários e datas para lembrar os mortos. Também sempre se criaram lugares físicos para memórias, podendo ser esses: túmulos, nomes de ruas, placas, bustos, estátuas, monumentos etc. Mary Carruthers resume a função dos memoriais, usando o seguinte exemplo:

Em outras palavras, o Memorial do Vietnã é uma ferramenta comunal e eticamente útil para dar forma a certos tipos de memórias. Isso é verdadeiro para muitos outros memoriais em outras cidades, que podem quase todos ser usados ao menos como guias de localização – a atualidade social fundamental de qualquer memorial – um lugar por meio do qual as pessoas, recordando e reconhecendo, podem descobrir onde estão. Mas alguns memoriais podem ser usados de forma mais fecunda que outros, e eu suspeito que sua especial popularidade (se algo assim pudesse ser medido) estaria em correlação direta com sua utilidade e ressonância no presente para uma comunidade, mais do que com o conteúdo particular que se pretendia, inicialmente, que eles guardassem ‘para sempre’ como relíquia (CARRUTHERS, 2011, p. 71).

No século XVIII, pós-revolução francesa, inicia-se uma popularização de outros memoriais: os arquivos públicos e outros lugares oficiais de memória. Os arquivos da França (1794), da Inglaterra (1838) e do próprio Vaticano e seu arquivo secreto (1881) são abertos para consultas públicas. O mesmo movimento acontece com os museus e as bibliotecas. Nos séculos XIX e XX popularizam outros dois tipos de manifestações da memória coletiva: o primeiro é a construção de monumentos aos mortos em batalha (principalmente das Guerras Mundiais) e a segunda manifestação é a fotografia, que multiplica e que democratiza a memória (LE GOFF, 2013).

Essa criação e formalização de lugares de memórias são ampliadas para as instituições, públicas ou privadas. A memória institucional também é uma memória coletiva, mesmo que restrita às pessoas ligadas àquela instituição. As instituições procuram no passado elementos que possam servir como referência para sua identidade. Criando uma comparação com a memória individual, as instituições querem lembrar e combater a amnésia. O passado de uma instituição cria bases de coerência interna e fornece referências externas que permitem a construção de uma imagem e de se legitimarem nas suas atribuições (RIBEIRO; BARBOSA, 2007).

Como uma instituição preserva sua memória? Normalmente as instituições guardam o passado colecionando memórias, ou seja, elementos simbólicos que usam para manter a referida coesão interna. Esses elementos normalmente são guardados por força da legislação vigente, como documentos de arquivos comprobatórios. Mas também são constituídos de objetos comemorativos, fotografias, relatos e filmes sobre os funcionários. Peças publicitárias e reportagens midiáticas sobre a instituição também fazem parte desse arcabouço de lugares de memórias que são colecionados dentro de uma instituição (RIBEIRO; BARBOSA, 2007).

Por outro lado, sempre permeando o conceito da memória, está o esquecimento. Para as instituições, o esquecido importa tanto quanto a lembrança. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2013, p. 426). Voltando ao raciocínio: considerando que uma instituição tem o poder de apagar memórias, se pergunta como uma instituição faz esse processo? Por consequência, destruindo os documentos, a instituição consegue destruir a memória?

Lugares de memória, segundo Pierre Nora (1993), não nascem de forma espontânea. Arquivos, museus, bibliotecas, cemitérios, datas comemorativas, medalhas, documentos, entre outros, são criados de forma racional. E a intenção é clara na ideia de guardar uma determinada memória.

[...] é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis (NORA, 1993, p. 13).

Não basta guardar, pois é necessário lembrar. Um monumento ou um arquivo sem que haja um esforço direcionado para sua lembrança cai em esquecimento. Para Le Goff (2013), arquivos e museus nacionais são instituições-memória, e isso acontece desde o início da escrita até os dias atuais. Mas há uma seleção no que se lembra ou guarda. Dentro dessa escolha estão os lugares no sentido micro, o estabelecimento da memória dividida em peças. Esses pedaços seriam os documentos em seu sentido amplo.

3 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória.

George Orwell

Neste capítulo se foca o documento como lugar de memória. Na primeira parte faz-se um panorama do seu papel histórico na preservação da memória. A segunda parte cuida de determinar como as ciências da informação, principalmente a arquivologia, preservam a memória dentro de instituições. A terceira parte busca as memórias do IFTM. Para isso se resume a história institucional e destacam-se documentos que preservam essa memória.

3.1 DOCUMENTOS: DA PEDRA À NUVEM

Documento vem do latim *documentum*, que é a junção de *docere* com *mentem*, que seria meio para ensinar ou ensinar a mente (Schellenberg, 2002). Um meio de ensinar também é um meio para se lembrar. Para Bellotto (2007, p. 35), “segundo a conceituação clássica e genérica, documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”, deixando assim amplo o conceito do que seria um documento. Basicamente seria uma informação registrada em um suporte.

O pensamento humano tem sido registrado por meio de sinais gráficos (alfabeto, número, traço), em diferentes formas (textos avulsos, livros, fotografias, esculturas, discos) e em vários tipos de suporte (pedra, tecido, couro, papel, plástico, metal), num processo dinâmico de comunicação de vivências, fatos e descobertas ao longo das gerações. Em geral, tais registros são entendidos como documentos, ou, mais recentemente, como informação. Mas em que base se dá esse entendimento? Afinal, o que vem a ser um documento? A pergunta se torna ainda mais instigante quando apresentada a partir do contexto da tecnologia digital (RONDINELLI, 2011, p. 27).

Como definido, documento é uma junção entre a informação que ele contém e onde essa está gravada. Rondinelli (2011) argumenta que o pensamento humano sempre foi registrado das formas mais variadas possíveis. Podemos imaginar que os primeiros pensamentos registrados de que temos notícias foram as pinturas rupestres, executadas há

mais de 40 mil anos, no Paleolítico Superior. Entre as pinturas rupestres e os primeiros documentos escritos há um espaço de 35 mil anos.

A escrita cuneiforme é o sistema mais antigo de escrita conhecido, apesar de sua origem ser ainda um mistério. Os sumérios, que foram dominantes no Oriente Médio, desenvolveram uma literatura complexa e deixaram um vasto arquivo de documentos jurídicos, administrativos, religiosos e comerciais. No Egito Antigo foram desenvolvidos os hieroglíficos, quase de forma contemporânea em relação à escrita cuneiforme. O suporte mais conhecido usado pelos egípcios era o papiro (QUEIROZ, 2005).

Já no início da história da escrita há uma necessidade de mudança técnica no suporte. Placas de pedra ou cerâmicas eram pesadas e pouco práticas de armazenar. Os egípcios conseguiram contornar esses problemas desenvolvendo o papiro. Outro marco nos suportes documentais foi a difusão do uso do pergaminho na Europa Medieval. Normalmente feito com pele de carneiro, cabra, ou ovelha era mais flexível e podia ser raspado para apagar o que havia sido registrado, podendo ser reutilizado. Durante o século IV da nossa era, o pergaminho começa a superar o papiro em popularidade. Esse domínio apenas será superado pelo uso do papel (FOGUEL, 2016).

Esse é provavelmente o suporte mais icônico quando o termo documento é usado. A invenção do papel é atribuída a um chinês, Cai Luan, no segundo século da nossa era. A técnica da fabricação do papel se espalhou pela Ásia e chegou até os árabes e esses difundiram esse conhecimento na Europa Ocidental. O papel começou o seu reinado no mundo como o suporte mais comum e tradicional para o registro de informações (FOGUEL, 2016).

A tecnologia para a criação de documentos ficou bem estabelecida com a criação do papel. Mas havia um entrave para a popularização da escrita e dos documentos: cada documento era feito à mão, cada livro tinha que ser copiado, palavra por palavra, tornando, assim, o conhecimento escrito acessível apenas a uma minúscula parcela da sociedade. Apenas poucos letrados tinham acesso ao conhecimento expresso pelo documento. Com as primeiras impressas, essa realidade mudou, criando formas de conservar as memórias individuais e coletivas, como discutido no capítulo anterior (LE GOFF, 2013).

O alemão Gutenberg, dito inventor da imprensa, mas na verdade um homem que aperfeiçoou de maneira decisiva a arte asiática. Ele desenvolveu os caracteres móveis de chumbo, que podiam ser utilizados indefinidamente, além de uma nova tinta de impressão e a prensa de imprimir, com isso, mudou definitivamente o mundo, em todas as suas dimensões: política, econômica, social e religiosa [...]. O primeiro fruto de seu trabalho foi uma bíblia impressa na Mogúncia, entre 1425 e 1456. Foi o primeiro livro produzido na Europa com a ajuda de caracteres móveis,

com tiragem de 180 exemplares. Sua invenção do tipo mecânico móvel para impressão começou a Revolução da Imprensa e é amplamente considerado o evento mais importante do período moderno. Tece papel fundamental no desenvolvimento da Renascença, Reforma e na Revolução Científica e lançou as bases materiais para a moderna economia baseada no conhecimento e a disseminação da aprendizagem em massa (FOGUEL, 2016, p. 30).

A proliferação dos documentos em suporte de papel marcou o século XX, com a fabricação em massa de papéis, a popularização de impressoras, criações de jornais e alfabetização eram cada vez mais comuns. Schellenberg (2002, p. 83) sentenciou: “o homem não faz documentos somente porque dispõe de máquinas para produzi-los, mas sim, como resultados da execução de um trabalho; e a proporção de sua criação é, em geral aumentada pela expansão da sua atividade.”.

Com a expansão das atividades burocráticas nos países, uma grande quantidade de documentos preencheu arquivos, bibliotecas e outros lugares de guarda de informação. Durante o início do século XX, milhões de metros lineares de arquivos foram criados. O volume de documentos começou a ultrapassar a capacidade dos governos de guardá-los e organizá-los. Novos suportes começaram a serem desenvolvidos para a guarda dos documentos. Nesse contexto, surge a computação (SCHELLENBERG, 2002).

Para sermos mais precisos em relação a nosso objeto é possível datar a emergência dos computadores como os conhecemos hoje na década de 1950 e no contexto da guerra fria. Os primeiros computadores, fabricados como armas de inteligência a serem utilizados na guerra, eram muito grandes, posto que funcionavam por meio de válvulas. O primeiro passo em direção à miniaturização foi o desenvolvimento dos transistores, condutores de impulsos que dariam origem aos *chips*. Até a década de 1970 os computadores mantiveram-se restritos a governos e universidades e tinham o perfil de *Mainframes*. Foi neste período que começou a difusão do conceito de PC (*Personal Computer*), aparelhos compactos a serem usados por pessoas físicas ou empresas para executar tarefas. A partir da década de 1980 os PCs se popularizam, marcados pela queda do preço e pelo aumento de capacidade de processamento, que se amplia de forma vertiginosa até hoje. Esses dispositivos físicos dos computadores sempre serviram como suporte para formas particulares de linguagem. O modelo atual de computação não existiria sem o desenvolvimento análogo de um modelo de linguagem conhecida como “linguagem de programação” (PEREIRA, 2014, p. 410).

Quando os computadores pessoais se popularizam nos governos e nas casas como mais uma ferramenta do cotidiano, vários suportes eletrônicos surgem para armazenar as informações: disquetes, CD-ROM, *pen drives*, fitas magnéticas, DVDs, entre vários outros formatos. Agora a informação está criptografada por códigos, apenas acessíveis via computadores.

As metáforas utilizadas para designar a capacidade de armazenamento e de processamento de texto, de aplicação da informação de novas tecnologias informáticas fazem todas as referências à memória: ROM (*Read Only Memory*) e

RAM (*Random Access Memory*); em francês, memória morta e memória viva. A memória morta é a que permite guardar a informação, armazená-la, conservá-la. Ela não é destrutível, grava de maneira permanente. É estática e tem como finalidade fazer funcionar os sistemas de operação [...]. Os museus, bibliotecas, arquivos, registros e, ainda, os ficheiros, quaisquer informações feitas por um indivíduo são inscrições, suportes de informação. São elementos da memória morta, puras potencialidades (ROBIN, 2016, p. 394).

No mundo virtual muitas informações são efêmeras. Sites podem entrar e sair do ar em questão de dias e bancos de dados inteiros podem ser perdidos por falta de manutenção correta. Pode-se imaginar a internet sendo uma gigantesca fábrica de desaparecimento de informação, ou melhor, de esquecimento. Inúmeros dados são impossíveis de fixar ou salvar, outros tantos dados apenas serão alimentos para gráficos. Os arquivos digitais não devem ser apenas preservados, eles precisam ser constantemente interpretados e utilizados (ROBIN, 2016).

A materialidade do documento se desfez, aos olhos dos leitores, com os documentos em nuvem. Basicamente, com o advento da internet, os documentos começaram a ter a possibilidade de serem armazenados em lugares distantes da sua produção. *Drives* podem armazenar milhares de documentos. Segundo Robredo (2011, p. 36), estima-se que “em 2020, 12 ZB – zettabytes – passaram por uma nuvem, e 5 ZB se fixarão numa nuvem. Mas por quanto tempo? Com que segurança?”.

As perguntas sobre a durabilidade e a segurança dos suportes eletrônicos estão em pauta no mundo. Alguns anos atrás disquetes eram meios comuns de armazenar documentos eletrônicos. Nos dias atuais é incomum encontrar um computador capaz de ler esse tipo de suporte (ROBIN, 2016). Até quando as informações que ficaram nessas mídias serão preservadas? O que já se perdeu?

Projetos, locais e em nível mundial, começam a serem pensados para criar formas de preservar o conhecimento. Um deles é o *Memory of Man Kind*. Uma colaboração entre acadêmicos, universidade, jornais e bibliotecas cuja ideia é criar um grande arquivo moderno de placas de cerâmicas semelhantes às herdadas pelos sumérios e sua escrita cuneiforme.

O plano deles é reunir o conhecimento acumulado de nossa era e guardá-lo debaixo da terra nas cavernas de uma das minas de sal mais antigas do mundo, nas montanhas da região de Salzkammergut, na Áustria. [...]. Criar uma "cápsula do tempo" pode parecer arcaico em uma era na qual a maior parte do nosso conhecimento flutua na nuvem da internet. No entanto, um deslize para uma era escura tecnológica não é algo que pode ser ignorado. [...] A situação fica mais séria quando levamos em consideração que alguns artigos científicos hoje são publicados apenas online. Catálogos completos de imagens de telejornais, programas de TV e filmes são armazenados digitalmente. Documentos oficiais e legislações governamentais ficam em bibliotecas digitais (GRAY, 2016, s/p).

Documento é um lugar de memória e estas memórias estariam ligadas ao seu motivo de criação, à sua forma de elaboração, ao seu conteúdo e ao seu uso durante o tempo. Essas relações criariam um conjunto de memória sobre aquele documento. Normalmente, temos documentos sendo criados de forma a preservar uma memória já planejada. Segundo Mattar (2013, p. 14), “de privilégio dos sábios, monges e reis, o documento escrito passou a ser utilizado como instrumento de legitimação do Estado.”

Não apenas de legitimação do Estado-nação, mas também como legitimação do indivíduo, das instituições e dos grupos. Talvez por essa necessidade de legitimar por meio dos documentos se tem uma crescente necessidade de criar arquivos e outros lugares de memória. Como defendem Ribeiro e Barbosa:

A modernidade, nesta perspectiva, inaugura um novo regime de memória, multiplicando os espaços de rememoração, que – ainda que transitórios e incompletos – refletem o desejo de ancorar um mundo em crescente mobilidade e transformação e de compensar a perda de elementos mais sólidos e concretos que, antes, serviam de referência para os sujeitos (RIBEIRO; BARBOSA, 2007, p. 103).

Outro ponto a considerar é que os documentos são fragmentos de ações humanas. Segundo Belloto (2007), os documentos produzidos em instituições ficam armazenados demonstrando apenas dados, até a pesquisa os recuperar, transformando-os em informações, que finalmente poderão demonstrar as relações entre Estado-sociedade, e a partir dessas informações criar uma análise crítica e formular uma explicação. Essa atividade pode ser expandida para os documentos que não estão relacionados ao Estado, um pesquisador também pode estabelecer relações e explicações entre documentos de instituições privadas ou de pessoas.

Dos documentos cunhados na pedra até os documentos em nuvem dos dias atuais, é necessário saber como proceder quanto à sua criação, à sua guarda e a posteriores consultas. Aqui se precisa entender como as Ciências da Informação lidam com os documentos potencialmente históricos. E, principalmente, como esses documentos estão ligados ao conceito de memória da comunidade do IFTM.

3.2 CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E SEU PAPEL NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Quais documentos guardam a memória nas instituições? Podemos dividir em três

formas básicas.

A primeira seria os documentos produzidos e recebidos, não importando a seara deles, principalmente os documentos arquivísticos e biblioteconômicos produzidos sobre aquela instituição (SCHELLENBERG, 2002). A memória se acumula na instituição de forma orgânica, assim como acontece com o indivíduo. Pensando nos arquivos como exemplos:

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. (BELLOTTO, 2007, p. 27).

A segunda forma de acumular memórias seria aqueles documentos produzidos e recebidos por terceiros, mas que tratam da instituição que se deseja buscar a memória. Seria uma visão externa dela. Por exemplo, um órgão fiscalizador que criou processos e entendimentos sobre um outro órgão. Por vezes, o órgão que é tratado no documento não acumula aquele documento. Mas essa informação pode ajudar a memória daquele órgão quando colocada em contexto.

A terceira forma é de difícil percepção, as memórias críticas, de reflexão ou de inspiração, manifestações de apoio ou repúdio, obras artísticas. Na maioria, esses são os documentos que contornam extraoficialmente qualquer ato de legalidade sobre aquela instituição (BELLOTTO, 2007). Independentemente da forma que se for guardar a memória, o ato de organizá-la, segundo Bellotto (2007, p. 272), é “posterior ao acontecimento”.

Como se depreende, a memória é um conjunto de informações e ou documentos, orgânicos ou não. A memória é referenciadora, e não recolhedora ou armazenadora. Os documentos existem nos seus lugares, sem que se tente reuni-los materialmente. Basta que a informação esteja captada, o objeto identificado, localizado e disponível para o pesquisador (BELLOTTO, 2002, p. 274).

É necessário entender que a História seria uma ideia quanto a problematizar o passado de uma forma crítica e seguindo seus próprios métodos. E a memória seria aquele conjunto de informações e como seria lembrada. Apesar da ligação íntima entre os conceitos, eles não se confundem. O tecelão da História normalmente pensa na memória como um instrumento do seu ofício, algo estático a ser usado. Mas não existe uma memória coletiva única, como não existe uma memória única totalizadora (BARROS, 2011).

Considerando o trabalho do historiador e a preservação dos documentos como fonte de memória, há um entendimento quanto à impossibilidade de preservar ou mesmo considerar de

valor todos os documentos produzidos. Por isso, há um esforço na gestão eficiente dos documentos arquivísticos. A preservação deve reduzir as quantidades de documentos para que sejam úteis à pesquisa erudita (SCHELLENBERG, 2002). Essa concepção entra em contrapartida com uma ideia da guarda extensiva de todos os documentos.

Não há dúvida de que o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis neste processo. É como se o objeto fosse conseguir a recordação total. Trata-se então da fantasia de um arquivista maluco? Ou há, talvez algo mais para ser discutido neste desejo de puxar todos esses vários passados para o presente? Algo que seja, de fato, específico à estruturação da memória e da temporalidade de hoje e que não tenha sido experimentando do mesmo modo nas épocas passadas (HUYSEN, 2000, p. 15).

A memória não precisa ser e não é totalizadora. Mas os documentos precisam ser disponibilizados de alguma forma para que possam ser lembrados. Caso contrário, de forma omissa, todas as memórias documentais seriam apagadas. Como seria possível organizar essas informações? Onde disponibilizar as memórias?

Normalmente, há nas instituições em geral locais de memória, como: arquivos, bibliotecas, bancos de dados, coleções de objetos comemorativos, prédios e monumentos arquitetônicos, lembranças registradas de pessoas que ali colaboraram de alguma forma. Comumente, essas fontes são dispersas (LE GOFF, 1990).

Existem divisões e pontos de encontros entre esses locais de memória. Começando pela divisão do surgimento histórico entre arquivo, biblioteca e museus. Os arquivos existem desde a antiguidade clássica, mantêm uma certa similaridade até os dias atuais com seus antecessores. O aspecto do princípio da organicidade foi reparado em Ebla – Síria – já existia a preocupação dos documentos em preservar a identidade e a hierarquia dos seus criadores (TANUS, 2014).

Segundo Tanus (2014, p. 88), “outra contribuição à Arquivologia remonta à Antiguidade, aos romanos, que atribuem aos arquivos um maior sentido administrativo.” Tal foi a importância para a organização dos arquivos que culminou na definição do profissional arquivista. Essa imagem de arquivo administrativo ainda é parte da sua função contemporânea, o primeiro valor do documento de arquivo é probatório para a administração da vida de um indivíduo ou de uma instituição.

As bibliotecas já nascem como coleções. No seu surgimento, a biblioteca é mais considerada um lugar de esconder os registros do que um lugar de difusão do conhecimento. Eram ali guardados os conhecimentos profanos, perigosos ao público. Com o surgimento das

primeiras universidades na Idade Média, as bibliotecas começam a serem abertas aos poucos letrados e também tem início a profissão do bibliotecário (MARTINS, 2001).

O museu volta à Mnemosine. O *mouseion* é a casa das musas, essas com sua memória absoluta, no seu lar ajudavam os homens a esquecer a ansiedade. Era um lugar privilegiado, onde os homens podiam ter pensamentos profundos e artísticos. Ali os objetos acumulados eram para agradar às divindades. O acúmulo de objetos para apreço dos homens é tão antigo quanto as primeiras sociedades. Na Roma Antiga, havia coleções de objetos dos povos conquistados. E o primeiro museu público na Europa foi aberto em 1683 na Universidade de Oxford (SUANO, 1986).

Durante muito tempo é possível perceber que a função entre arquivo, biblioteca e museu se confundiu. Muitas vezes a confusão era pelos documentos guardados e outras pela função dessas instituições. As três instituições acabavam por funcionar como um depósito de documentos, independentemente do suporte ou da origem. Aos poucos as áreas de atuação ficaram mais delineadas (PAES, 2004).

Um das formas de diferenciar essas instituições são seus objetivos:

Arquivo – é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.
 Biblioteca – é o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta.
 Museu – é uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural (PAES, 2004, p. 16).

Outra forma de diferenciar é buscar as particularidades nos documentos acumulados em cada instituição. Os documentos de biblioteca são resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa; são materiais que buscam informar ou ensinar. Os documentos são gráficos, podendo ser impressos, manuscritos, desenhados, em mapas, audiovisual, entre outros. Também são múltiplos, normalmente há vários exemplares em diferentes locais. Costumam ser acessíveis e mais conhecidos pelo público (BELLOTTO, 2007).

Os documentos de arquivo são produzidos por instituições ou pessoas durante suas atividades. Esses documentos guardam entre si relações orgânicas, tratando primeiramente de provas, testemunhos de atos legais ou administrativos. São documentos manuscritos, impressos, nato-digitais, audiovisuais, entre outros. São normalmente exemplares únicos (BELLOTTO, 2007).

O documento de arquivo, assim definido, é um testemunho conservado e posteriormente exumado para fins comprobatórios ou para estabelecer a materialidade de

fatos históricos ou ações. Nesse sentido, ele não passa de apenas mais uma fonte para a história ou para a memória. Mas é importante definir que o documento de arquivo é feito antes do crivo: será esse documento histórico ou não. Isso o difere de outras fontes históricas, por exemplo, o relato oral da história, que é uma lembrança já com intuito de contar uma determinada história (ROUSSO, 1996).

Nos museus, os documentos têm origem artística ou se originaram da materialização de uma cultura, civilização ou tecnologia. Testemunham um tempo histórico ou uma atividade. Informam visualmente, com função educativa, científica ou entretenimento. Uma característica comum é serem tridimensionais, ou seja, objetos dos mais variados formatos e dimensões (BELLOTTO, 2007). Buckland cita quatro requisitos para que o artefato seja um documento de museu:

1. Materialidade - deve haver materialidade, ou seja, somente objetos físicos e sinais físicos podem constituir documentos;
2. Intencionalidade - deve haver a intenção de tratar o objeto como evidência de algo;
3. Processamento - os objetos devem ser processados, ou seja, devem ser transformados em documentos;
4. Fenomenologicamente - os objetos devem ser percebidos na qualidade de documentos (Buckland *apud* SMIT, 2008, p. 14).

No processamento da documentação, do controle de entrada até a classificação e disponibilização do documento ao público, existem diferenças entre biblioteca, museu e arquivo. Enquanto nos dois primeiros os documentos são trabalhados individualmente para se completar uma coleção, no arquivo os documentos são tratados em conjuntos. Fundos e séries documentais formam conjuntos que dão sentido amplo àquele documento. Ou seja, um documento solitário não traz a mesma dimensão quando visto dentro do seu conjunto (BELLOTTO, 2007).

Johanna W. Smit (2000) cria três grupos para separar as atividades das três instituições. O primeiro, gestão da memória, é sobre seleção, coleta e estoques das informações ou dos documentos. O segundo, produção de informação documentária, é como a informação guardada é representada no acervo e para o público. O terceiro, mediação da informação, é como essas informações efetivamente chegam aos usuários. A separação é resumida no quadro abaixo.

QUADRO 1: DIFERENTES ATIVIDADES - ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU

	Arquivologia	Biblioteconomia	Museologia
Gestão da memória	Produção e avaliação de documentos	Formação e desenvolvimento de acervos	Curadoria Introversão
	Temporalidade das séries documentais	Gerenciamento de recursos informacionais	
Produção da informação documentária	Processamento técnico	Representação e recuperação da informação.	Documentação
Mediação da Informação	Jurisdição e acesso Programas de difusão	Serviços ao usuário Ação cultural Comunicação documentária	Extroversão Comunicação museológica

FONTE: SMIT, 2000.

Há também semelhanças entre as três instituições. A primeira é o objeto de trabalho, a informação. Essa informação está gravada em algum tipo de suporte e é intencionalmente considerada útil para algum fim, educativo, probatório, científico ou cultural. Por fim, independentemente do formato de documento, é uma informação institucionalizada, que procura absorver e preservar determinadas informações e ignorar outras informações pelas quais a instituição não se interessa (SMIT, 2000).

Nesta dissertação, foram delineados arquivos que seriam o recurso primário para a criação de uma coleção de memórias virtuais do IFTM. Para Bellotto (2007), a condição *sine qua non* para a montagem de uma memória de um órgão é o arquivo e devemos buscar completar a memória dele com os outros lugares. Um conceito que pode ser usado para gerenciar a memória de uma instituição é o centro de documentação.

Tal é função dos centros de documentação ou informação, que abrangem algumas atividades próprias da biblioteconomia, da arquivística e da informática, sendo o seu campo bem maior, exigindo especialização no aproveitamento de documentos de toda espécie. Em síntese, o centro de informação tem por finalidade coligir, armazenar, classificar, selecionar e disseminar toda a informação em si mesma (PAES, 2004, p. 17).

No interior de um centro de documentação seriam colocados documentos variados, configurando uma maior gama de reposição da memória. Enquanto um arquivo ficaria restrito aos documentos orgânicos de uma instituição, um centro de documentação poderia ter as três formas citadas quanto a buscar essas memórias. Mas a implementação de um centro de documentação é uma ação racionalizada (TESSITORE, 2003). Assim,

Antes de estabelecer seu perfil, o centro deve conhecer as demais entidades de documentação locais, a fim de complementá-las, somar esforços e não duplicá-las, especialmente onde os recursos são escassos. Do contrário, teremos um órgão preservando documentos que outro já custodia, enquanto outros conjuntos documentais se perdem. Além disso, deve precisar quem é seu público e quais são suas demandas de informação. Se o primeiro ponto é determinado na criação do centro, embora possa comportar transformações ao longo de sua existência, o segundo deve ser diagnosticado pela Instituição através de mecanismos de interação com esse público e de pesquisas formais periódicas (TESSITORE, 2003, p. 18).

Um centro de documentação teria uma função colecionadora de documentos. Como toda coleção, é necessário que seja feita uma seleção, uma avaliação de quais documentos seriam guardados. É necessário que cada lugar de memória limite seu espaço e avalie quais documentos guardar. Essa escolha é uma ação de discriminação daquilo que será considerado memória. Os profissionais que são envolvidos nessa avaliação precisam estar atentos em suas escolhas e conscientes dessa discriminação.

Como condição inerente à escolha do que será preservado como arquivos de valor histórico, a avaliação de documentos expressa-se, na literatura sobre o tema, como um aparato dotado de racionalidade técnica, referido - nem sempre explicitamente - à função política da memória e do patrimônio por parte do Estado. Referência política, o conceito/noção de memória tende a não ser mencionado como referência teórica a partir da qual seria possível problematizar as práticas de preservação e eliminação dos documentos arquivísticos. Por outro lado, a justificativa da avaliação tende a privilegiar a memória como uma construção técnica do arquivista, dado o seu poder de emitir valores norteadores do que se seleciona como patrimônio ou se elimina, porque, destituído de sentido, enquanto memória coletiva. Faz-se necessário que a arquivologia debruce-se sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação e seleção de documentos. Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 8).

Os documentos de um centro de documentação, levando em conta sua definição restrita como entidade especialista em um tema ou tipo de documento, são em geral reproduções ou referências virtuais de documentos de arquivos, biblioteca e museu. Materiais audiovisuais, sonoros, eletrônicos, em cópias ou originais são característicos de centros de documentação. Considerando a forma de entrada, eles são colecionadores e referenciadores, muitas vezes acumulam bases de dados. Pode-se sintetizar as comparações entre diferenças e

semelhanças entre o Centro de Documentação e as outras instituições no quadro abaixo (BELLOTTO, 2007).

QUADRO 2: COMPARATIVO - ARQUIVO, BIBLIOTECA, MUSEU E CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

	Arquivo	Biblioteca	Museu	Centro de Documentação
Tipo de Suporte	manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único	impressos, manuscritos, audiovisuais, exemplares múltiplos	objetos bi/tridimensionais, exemplares únicos	audiovisuais (reproduções) ou virtual, exemplar único ou múltiplo
Tipo de Conjunto	fundos; documentos unidos pela proveniência (origem)	coleção; documentos unidos pelo conteúdo	coleção; documentos unidos pelo conteúdo ou pela função	coleção; documentos unidos pelo conteúdo
Produtor	a máquina administrativa	atividade humana individual ou coletiva	atividade humana, a natureza	atividade humana
Fins de produção	administrativos, jurídicos, legais	culturais, científicos, técnicos, artísticos, educativos	culturais, artísticos, funcionais	científicos
Objetivo	provar, testemunhar	instruir, informar	informar, entreter	informar
Entrada de documentos	passagem natural de fonte geradora única	compra, doação, permuta de fontes múltiplas	compra, doação, permuta	compra, doação, pesquisa
Processamento técnico	registro, arranjo, descrição, inventários, catálogos etc.	tombamento, classificação, catalogação: fichários	tombamento, catalogação, inventários, catálogos	tombamento, classificação, catalogação, fichários ou computador
Público	administrador e pesquisador	grande público e pesquisador	grande público e pesquisador	pesquisador

FONTE: BELLOTTO, 2007.

A divisão cartesiana das quatro áreas é útil para uma visão geral, mas é limitada e com paradoxos. O primeiro em destaque é resumir os documentos de arquivos como produção da máquina administrativa, sendo que a autora afirma que pessoas físicas também acumulam fundos arquivísticos. Considera também que o objetivo não pode ser firmemente delimitado,

correndo o risco de excluir o centro de documentação ou a biblioteca como fonte de provas. O suporte também é confuso, já que atualmente o termo é usado para o tipo de material em que é gravada a informação – papel, disco magnético, pergaminho etc. –, e descrever manuscrito juntamente com impressos causa estranheza (SILVA, 2002).

Considerando essas ressalvas, o tipo de suporte, produtor e objetivo dos centros de documentação são limitações úteis para este trabalho. E, parcialmente, corrobora esses três pontos: a entrada dos documentos; processamentos técnicos; público-alvo. No primeiro, a entrada de documentos é intencionada com a acumulação natural dos documentos arquivísticos conjugada com a pesquisa e doação. No segundo, processamentos técnicos, planeja-se o uso de classificações e catalogações por meios computacionais e *links*. O terceiro, público-alvo, almeja que, além do pesquisador, a comunidade do IFTM também possa ter interesse e aproveitar as informações do Centro de Documentação virtual.

A ideia de agregar diversos documentos sobre o mesmo tema e disponibilizar essas informações na internet é justamente para ampliar o alcance do público. Yoshimoto (2016, p. 49) afirma: “observa-se também que a utilização de recursos interativos promove a simulação de vivências e o contato com objetos antes acessíveis apenas em museus, arquivos e bibliotecas físicos.” Sendo possível que nos Centros de Documentação, vencendo-se a barreira da localidade física, os acessos possam ser mais democráticos do que citado por Bellotto (2007).

Independentemente da área – arquivologia, biblioteconomia, museologia, história – ou do profissional, é importante relacionar que a coleção de memórias por meio de documentos é uma construção social, racional e planejada. Por isso, sempre é importante revisitar os conceitos que permeiam todas essas áreas e profissões. Como o que é informação, o que é documento e sobre a própria memória individual ou coletiva. Afinal, o responsável pelo processo de acúmulo pode preservar ou apagar memórias, selecionando aquilo que será lembrado ou esquecido.

3.3 ONDE ESTÁ A MEMÓRIA DO IFTM?

O IFTM foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e

Agrotécnicas federais. O conjunto de instituições anteriores à criação do IFTM faz parte das memórias que podem ser colecionadas. Podemos começar a busca das memórias por um breve resumo da história dessas antigas instituições.¹

Em 1953, é criado o Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural em Uberaba. Esse projeto de educação era nacional e na década de 1950 os princípios escolanovistas difundidos nos anos 20 ainda estavam vivos. A educação para o progresso, da ordem e da moral, era a base para o projeto educacional (FERREIRA, 2014).

Em 1953, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, a ESERD iniciou suas atividades. Para sua instalação e funcionamento, a escola incorporou determinantes da Lei Orgânica conforme as possibilidades que tinha e as que posteriormente se criaram de acordo com as necessidades que foram emergindo. A ESERD enfatizou a educação doméstica fundada na concepção de formação feminina para o trabalho no lar, aceção essa que acabou por direcionar a organização das atividades escolares pelos profissionais da escola ao longo dos anos. A concepção de trabalho feminino em vigor na época de sua fundação compreendia a mulher como um ser frágil que deveria se dedicar à melhoria das condições domésticas das famílias. As atividades deveriam vincular-se a trabalhos com uso de técnicas fáceis com as quais a estudante não poderia deixar de travar conhecimentos as quais, uma vez absorvidas, integrariam os princípios do trabalho coletivo a ser desenvolvido na sociedade (FERREIRA, 2014, p. 196).

A Escola de Economia Rural Doméstica iniciou seus trabalhos com a ajuda do Padre Zago, na Rua Major Eustáquio, Centro de Uberaba. Em 1955 passou para um prédio alugado na Avenida Leopoldino de Oliveira. Em 1959, por vários fatores, como dificuldade de arcar com o aluguel, a instituição passou a funcionar no Parque Fernando Costa. O parque é da Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu - ABCZ. Esse último prédio foi herdado pelo IFTM e atualmente é a segunda unidade do *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico (FERREIRA, 2014).

Em 1963, o nome muda para Colégio de Economia Doméstica “Dr. Licurgo Leite”. Com o decreto presidencial nº 83.935, de 4 de setembro de 1979, a instituição recebe a designação de Escola Agrotécnica Federal de Uberaba-MG, com capacitação em economia

¹Para um aprofundamento da história do IFTM: o livro *Economia Doméstica: ensino profissionalizante feminino no Triângulo Mineiro (Uberaba/MG – 1953 1997)*, da autora Nilce Vieira Campos Ferreira; a tese: *Capitalismo tardio e educação profissional: as Escolas Agrotécnicas Federais mineiras de Barbacena, Rio Pomba e Uberlândia (1940-1970)*, escrita por Ednaldo Gonçalves Coutinho, e as dissertações: *História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação à formatura da primeira turma de técnicos em agropecuária (1957-1972)*, da autora Daniele da Costa Garcia; a dissertação *Processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – campus Patos de Minas*, escrita por Jane Paula Silveira; *Pedagogia da Memória: as fotografias da Escola de Economia Rural Doméstica de Uberaba – ESERD (1954-1978) na perspectiva do ensino de Artes do IFTM/Campus Uberaba*, do autor Juno Alexandre Vieira Carneiro; *O Modelo de gestão das Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo de caso do IFTM Campus Uberaba*, escrito por Luciana Couto Lemes.

doméstica. Em 1982, o curso colegial de Economia Doméstica é alterado e transformado em curso técnico, ano em que ocorre a implantação do curso técnico em Agropecuária. Nesse mesmo ano, a Escola ganha como donativo do município de Uberaba uma área de 472 hectares destinada à instalação e ao funcionamento da escola-fazenda. No ano de 1993 as Escolas Agrotécnicas passaram a ser autarquias federais, com autonomia financeira, administrativa, didática e disciplinar (LEMES, 2016).

A partir de 2002, com a transformação da Escola Agrotécnica em Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba (CEFET Uberaba), são implantados os primeiros cursos superiores na modalidade tecnologia: Desenvolvimento Social, Irrigação e Drenagem e Meio Ambiente. Esses cursos passam a ser reconhecidos pelo Ministério da Educação em 2006. A instituição expande sua área de ação e começa a oferecer o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o curso técnico de nível médio em Análise e Produção de Açúcar e Álcool. Os cursos de tecnologia em Alimentos, técnico em Açúcar e Álcool, técnico em Agroindústria na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e bacharelado em Zootecnia são ofertados a partir de 2007 (LEMES, 2016).

A história do atual *campus* Uberlândia tem seu início na década de 1950. Em 1957, foi firmado o acordo entre o Governo da União, representado pelo Ministro da Agricultura, o então Mário Meneghetti, e o Governo do Estado de Minas Gerais, representado pelo Deputado Federal Rondon Pacheco, para a criação do Colégio Agrícola de Uberlândia. Tal acordo foi publicado no Diário Oficial da União. Nesse mesmo ano o Estado de Minas Gerais recebeu a doação das terras da Fazenda Sobradinho, onde seria instalada a Escola Agrotécnica. (GARCIA, 2011).

Apenas em 1959 a pedra fundamental foi lançada com as primeiras verbas. Em 1967, houve uma inauguração ‘política’ do Colégio Agrícola de Uberlândia. E, novamente, no ano de 1969, com as obras incompletas, a Escola Agrotécnica foi reinaugurada. Nesse mesmo ano, em 4 de agosto, aconteceu a aula inaugural do curso Técnico em Agropecuária do Colégio Agrícola de Uberlândia. Em 1979, o nome do colégio mudou para Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia e, no ano de 1982, a escola assinou o Termo de Convênio com a Prefeitura de Uberlândia com o objetivo de apoiar educação no primeiro grau e pré-escolar. O curso de Técnico em Agropecuária foi referência até por volta do ano 2000, quando inauguraram no *campus* cursos subsequentes de Informática, Agroindústria e Meio Ambiente, esses com duração de 3 semestres. A última grande alteração ocorre na criação do IFTM (COUTINHO, 2012).

Estes são os dois *campi* originais mais antigos do IFTM. Ainda pode-se buscar histórias dos outros *campi*, como o Avançado Uberaba Parque Tecnológico, Avançado Campina Verde, Ituiutaba, Patrocínio, Paracatu, Patos de Minas e Uberlândia Centro, que são lugares reveladores sobre como o IFTM surgiu e se expandiu durante os últimos anos. Mas, como não é esse o foco desta dissertação, optou-se pela busca em apenas alguns exemplares documentais.

A busca e a preservação de documentos das instituições que foram fundadoras do IFTM, além da utilidade para a história e memória, são uma obrigação legal. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, determina “a cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição pública ou a sua transferência à instituição sucessora”. Ou seja, o IFTM é legalmente responsável por esses documentos, por ser o herdeiro dessas instituições.

Cada instituição anterior ao IFTM possui um fundo arquivístico. Este é quando:

Indivíduos e instituições produzem documentos naturalmente no exercício de suas funções e atividades normais. Criando efetivamente documentos, recebendo-os ou ainda partilhando e manipulando informações que são ou poderiam tornar-se documentos, eles *produzem* um agregado de material documentário, seja qual for a forma ou o suporte que reflete seu status jurídico. O resultado da reunião “natural” ou “orgânica” dos documentos é chamado fundo. É impossível, dessa forma, conceber, e menos ainda identificar, um fundo sem ter uma clara compreensão da natureza, âmbito e autoridade do produtor dos documentos envolvidos (COOK, 2017, p. 17)

Uma instituição que encerra suas atividades possui um fundo fechado e uma instituição que está produzindo documentos mantém seus fundos abertos. Não se pode misturar os conceitos de fundos arquivísticos e coleções, “o primeiro é o resultado de um processo natural, o produto de atividades claramente definidas, enquanto que a última é uma construção artificial, uma criação arbitrária frequentemente fruto do acaso” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 161).

Não é objetivo deste trabalho definir e/ou descrever os Fundos Arquivísticos fechados ou abertos que o IFTM possui em sua custódia. Mas, é importante entender que os documentos arquivísticos onde é buscada a memória da instituição fazem parte de um fundo, orgânico e acumulado naturalmente, durante as atividades que deram origem ao IFTM e os documentos que foram produzidos após a criação do IFTM. Entende-se, assim, que uma peça documental faz parte de um todo maior. Retirado desse contexto, o documento não carrega o seu significado completo (COOK, 2017).

Foi levantado que não há formalmente arquivos ou setores de gestão documental no IFTM. O estudo do organograma² demonstra que atualmente não existe nenhuma coordenação ou setor formalizado em sua estrutura com as atribuições de um protocolo ou atuando como arquivo. Também não há setor diretamente responsável pela gestão documental ou pela preservação da memória.

Apesar desses setores não estarem representados no organograma da instituição o trabalho é realizado por servidores que estão lotados em diversos setores pelos *campi*. Na Reitoria, o serviço de apoio ao protocolo e o arquivo de documentos analógicos são subordinados à Coordenação de Atividades Administrativas. O arquivo fica em uma sala anexa ao local onde é prestado o serviço de protocolo. Essa mesma sala até o início do ano de 2018 era usada como depósito de objetos estragados, caixas e móveis não utilizados.

Os processos e documentos não tinham classificação arquivística e as caixas também não eram identificadas. As informações são recuperadas por meio de uma planilha. Essa realidade começou a ser alterada com a nomeação de um servidor para o cargo de arquivista. O arquivo está em processo de organização desde 2018. Atualmente, são responsáveis pelos serviços de arquivo na Reitoria, juntamente com os de protocolo, dois servidores: um arquivista e um auxiliar em administração.

No arquivo da Reitoria é possível encontrar documentos referentes ao IFTM entre os anos 2008 e 2020. Entre os assuntos já identificados estão processos sobre construções e reformas dos *campi*. Esses documentos normalmente são de valor permanente ou históricos para a instituição. Outros documentos comuns são relativos às ações de compras de materiais permanentes ou de expediente, documentos relativos a pessoal e documentos sobre contratos e convênios com outras instituições. Mesmo quando o documento tem apenas o valor primário e pode ser legalmente descartado após seu prazo de guarda, é aconselhável guardar exemplares – uma amostra estatística – para que a memória sobre as rotinas administrativas e suas alterações seja preservada (BELLOTTO, 2007).

²O organograma do IFTM pode ser encontrado no *site*: <https://iftm.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/organograma/>>

FIGURA 1 – CAPA DE PROCESSO SOBRE CONSTRUÇÃO DE CAMPUS

23000.138116/2008-81



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL 045.3
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CEFET - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE UBERABA/MG

INTERESSADO:
COORDENAÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO

ASSUNTO:
SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO Nº 25/08

OUTROS DADOS:
- SERVIÇO DE ENGENHARIA
CONSTRUÇÃO DA UNED - PARACATU - MG
G UNED ITUIUTABA - MG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE UBERABA/MG
PROTOCOLO Nº 0207
 24/03/2008. 
SERVIDOR

MOVIMENTAÇÕES

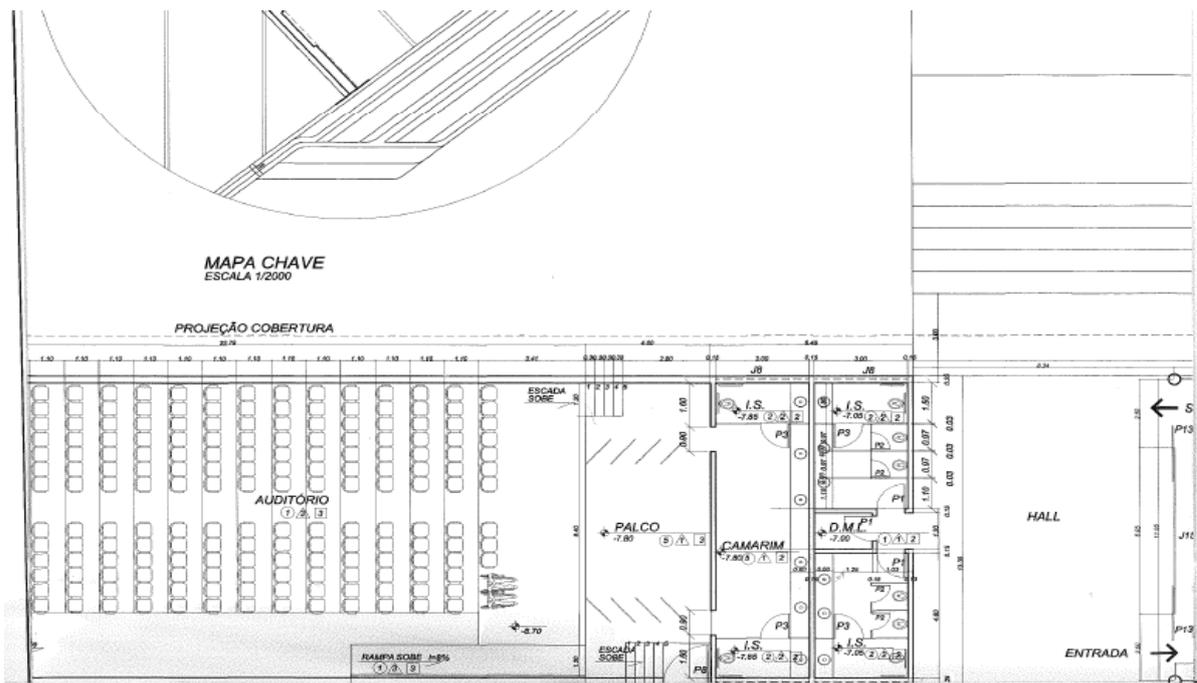
SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			11/03/09	09			11
02			11/03/09	10			11

FONTE: Arquivo da Reitoria IFTM, 2008.

O processo 2300.138116/2008-81, cujo título é “Serviço de engenharia construção da unidade Paracatu-MG e unidade Ituiutaba-MG”, consegue exemplificar uma parte dos documentos encontrados no arquivo da Reitoria. O processo é um documento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba – MG, ou seja, ainda não é um documento do fundo do IFTM, sendo um legado das instituições de que o IFTM é herdeiro. Esse processo também não está registrado nos sistemas eletrônicos do instituto, é apenas registrado na planilha de controle do Arquivo da Reitoria. Existe um código de classificação arquivística no canto superior direito indicando que o processo é sobre execução de obras, especificamente sobre: “[...] classificam-se documentos referentes à contratação de empresas terceirizadas para a execução de obras em bens imóveis do órgão e entidade, bem como aqueles referentes à prestação de consultoria para a realização de obras” (ARQUIVO NACIONAL, 2020, p. 46).

Ainda segundo o Código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal (ARQUIVO NACIONAL, 2020), esse documento é de guarda permanente. Então o processo que contém 11 volumes e 1002 folhas deve ser preservado de forma perene. Uma justificativa para essa preservação é que o documento contém projetos de engenharia e arquitetura, contemplando a história da construção de dois *campi* do IFTM.

FIGURA 2 – FRAGMENTO DE PLANTA BAIXA



FONTE: Arquivo da Reitoria IFTM, 2008.

As plantas baixas e outros documentos relativos ao planejamento da arquitetura são impressos em grandes tamanhos e para sua anexação no processo são dobrados até ficarem compatíveis com a capa do processo.

Para a disponibilização total desses documentos, seria necessária a digitalização total deles ou a recuperação desses projetos originais em arquivos digitais. Também é necessária na disponibilização desse documento sua contextualização dentro do fundo arquivístico de que faz parte.

FIGURA 3 – CAPA DE PROCESSO SOBRE MOBILIDADE INTERNACIONAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO
REITORIA

DISTRIBUIÇÃO	DATA
<p>Instituto Federal do Triângulo Mineiro</p> <p>PROCESSO 23199.000522/2017-93</p> <p>INTERESSADO: COORDENAÇÃO GERAL DO CENTRO DE IDIOMAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - REITORIA ENTRADA SISTEMA: 22/08/2017 - 17:49:40 SETOR ORIGEM: COORDENAÇÃO DE PROTOCOLO ASSUNTO: PROGRAMA DE MOBILIDADE INTERNACIONAL DESCRIÇÃO: PROGRAMA DE MOBILIDADE INTERNACIONAL - IFTM - PROJETO IMPROVING YOUR ENGLISH - CANADÁ - EDIÇÃO 2017</p>	

FONTE: Arquivo da Reitoria IFTM, 2017.

O segundo exemplo de processo é relativo às atividades-fim do IFTM. Nesse caso um programa de mobilidade internacional para os alunos do Instituto cujo objetivo principal é o aprimoramento do inglês no Canadá. Esse processo está classificado como “mobilidade acadêmica. Mobilidade estudantil. Intercâmbio - Internacional” e é composto por um volume com 183 páginas. Esse documento apresenta uma particularidade quanto à sua publicidade, ele contém dados pessoais de alunos. Nesse caso, o documento fica com restrições para sua visualização.

Segundo a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro 2011: “Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais”. Essas informações devem ter acesso restrito durante 100 anos após a produção do documento. Mas essa restrição não impede que outros dados do processo possam ser divulgados, para isso é necessário que os dados considerados sensíveis estejam protegidos.

No arquivo há outros documentos com esta particularidade: com informações sensíveis de pessoas e empresas. Normalmente, são contratos com terceiros ou requerimentos de servidores. Em regra, esses documentos podem ser disponibilizados com os devidos cuidados, ou seja, as informações sensíveis precisam ser ocultadas. No momento dessa pesquisa, o IFTM não possui documentos que sejam considerados sigilosos pela Lei de Acesso à Informação.³

O arquivo destacado na pesquisa foi o do *Campus* Uberaba. Esse possui um pequeno espaço físico dedicado ao arquivo considerado histórico. Como no arquivo da Reitoria, esse também não teve, durante os anos anteriores, adequado tratamento arquivístico, ou seja, os documentos não são classificados, armazenados ou destinados corretamente. Essa realidade começa a ser alterada apenas nos últimos anos. Em 2016 o técnico de arquivo nomeado começou a fazer levantamentos e tratamentos do acervo. O próprio relata sua experiência:

Em maio de 2016 ocorreu a minha nomeação como Técnico em Arquivo, em apoio à implantação da gestão de documentos no Campus Uberaba. A primeira iniciativa foi a elaboração do diagnóstico do estado de conservação dos arquivos das áreas administrativas e finalísticas e, na ocasião, percebemos a existência de um arquivo histórico com significativo volume de documentos perfazendo mais de meio século de registros. O arquivo contém planos de aula, ofícios, atas, correspondências, projetos pedagógicos, legislação, boletins de serviço e documentos alusivos ao cotidiano escolar, tais como: comemorações, eventos acadêmicos e extensionistas, premiações e formaturas, publicações técnicas e científicas, dentre outros, produzidos por professores, funcionários, alunos, imprensa e instituições das esferas pública e privada. As condições de conservação são satisfatórias e, em que pese não haver até o momento um plano de preservação efetivo, o acesso ao arquivo histórico é franqueado à comunidade acadêmica e pesquisadores externos (CARNEIRO, 2019).

A primeira preocupação segundo o relato foi sobre o estado de conservação, chegando à conclusão de que é uma conservação satisfatória. Apesar dessa, é importante um plano de preservação de documentos. Destaque-se que outros pesquisadores tiveram experiências diversas em pesquisar nos arquivos do IFTM. Como o exemplo a seguir:

O arquivo do IFTM é muito rico, porém encontra-se um pouco desorganizado. Ali foram inventariados vários documentos pertinentes para a pesquisa, mas a dificuldade de encontrá-los foi imensa, a pesquisadora teve que estabelecer reação e associação entre uma fonte e outra para chegar a diversas conclusões, pois os documentos se apresentavam dispersos em várias caixas empilhadas em um ambiente pequeno, empoeirado e mal iluminado. Essas dificuldades são evidentes ao se trabalhar com a história das instituições escolares, pois, muitas vezes, esses documentos não são valorizados pelos funcionários e são jogados à própria sorte em um depósito qualquer (GARCIA, 2011, p. 16).

³Esta informação é atualizada por meio do seguinte endereço: <https://iftm.edu.br/acao-ainformacao/informacoesclassificadas/>

No relato da pesquisadora, que se concentrou na história do *Campus* Uberlândia, nota-se que o arquivo não respeitava uma organização orgânica e não estava em condições de preservar seus documentos. E memória documental que é abandonada à própria sorte acaba sendo esquecida. A pesquisadora também cita que “houve o cuidado em manter a história da instituição, apesar de não estarem organizados, vários documentos importantes foram encontrados (GARCIA, 2011, p. 16-17).

Novamente sobre o arquivo do *Campus* Uberaba, um dos destaques do acervo são suas fotografias. Existem dezenas delas que podem ser usadas como signos de memórias do *Campus*. Essas fotografias estão organizadas e com uma descrição estabelecida. A seguir comentamos alguns exemplos.

FIGURA 4: ESERD.1.029 PRÉDIO DA ESERD NA ABCZ ENTRE 1960-70



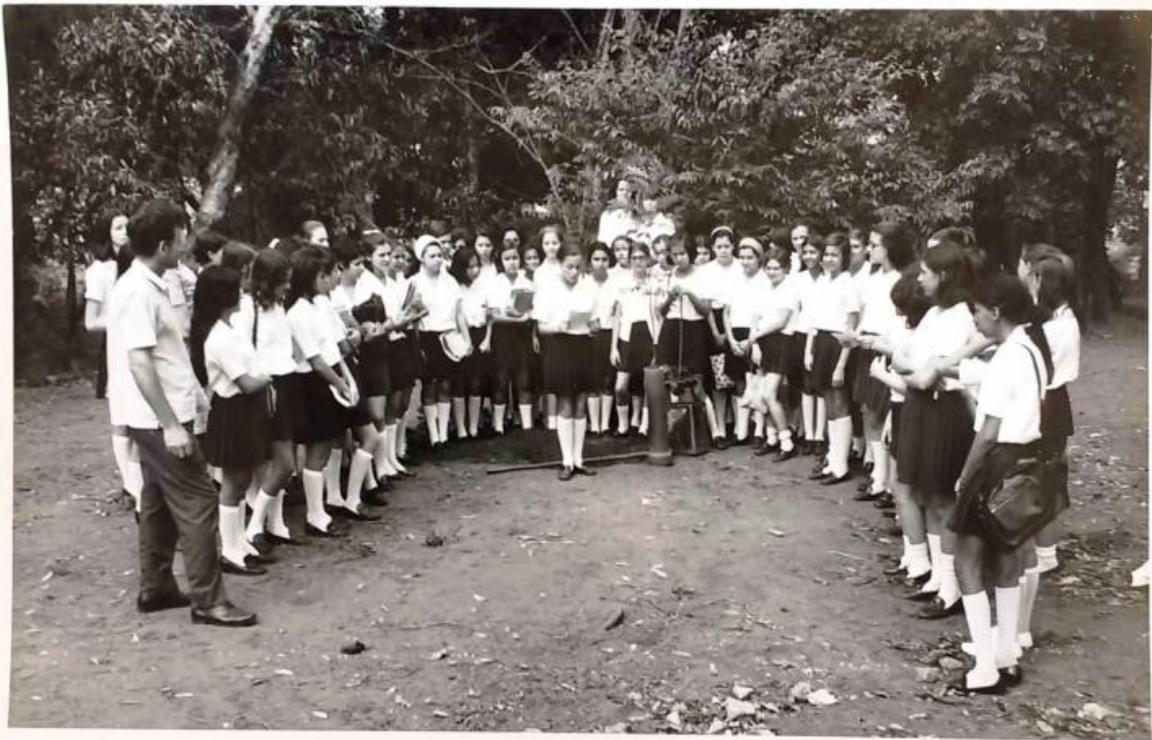
FONTE: CARNEIRO, 2019.

FIGURA 5: ESERD.1.001. 17 ALUNAS DA ESERD 1956



FONTE: CARNEIRO, 2019.

FIGURA6: ESERD.1.001.(144) ALUNAS EM AULA PRÁTICA 1970



FONTE: CARNEIRO, 2019.

Essas fotos estão detalhadas em uma Planilha de Catalogação de fotografias do arquivo do *Campus* Uberaba, esse trabalho de catalogação é descrito por Juno Alexandre Vieira Carneiro (2019). A imagem 4 representa o prédio da ESERD na ABCZ, o suporte físico é papel fotográfico com dimensão 25,5x20cm. A foto está mofada e com perda de informação. Na indexação estão os seguintes termos: ESERD e Economia Rural Doméstica. Não há nessa indexação citação sobre o objeto central da foto, que é um prédio ou uma fachada da escola.

As outras duas imagens possuem o mesmo tema principal, alunas da ESERD, em décadas e momentos diferentes. Ambos os documentos possuem certas semelhanças, não há autoria identificada e uma indexação específica sobre quem são as pessoas das fotos. A legenda traz uma descrição genérica “alunas”, segundo a Planilha de Catalogação de fotografias do arquivo do *Campus* Uberaba ambas as fotografias estão em bom estado de conservação.

Manini (2002) afirma que, mesmo que alguém descrevendo uma fotografia se pergunte quem está na imagem, o que foi fotografado, como e quando foi feita, muitas vezes há carências nas descrições. A criação de um resumo em palavras de uma imagem é um desafio, a descrição pode errar pelo uso de vocabulário errado, pela falta de alguma descrição ou pela perda da memória sobre o contexto de uma imagem. Ameniza esses problemas a contextualização do documento fotográfico dentro do acervo como um todo.

Além dos arquivos da própria instituição, como o objetivo é criar um Centro de Memória do IFTM, as fontes de pesquisas sobre onde encontrar memórias sobre o Instituto devem ultrapassar os arquivos oficiais do órgão. Com esse intuito, foi agendada uma visita ao Arquivo Público de Uberaba. Essa instituição, apesar de não contar com arquivista no seu quadro de servidores, possui uma boa organização e descrição dos fundos arquivísticos que compõem seu acervo. Em questionamento anterior à visita, informaram que havia fotografias relativas aos prédios e a outros momentos das instituições fundadoras do IFTM, mas essas fotografias não foram disponibilizadas até o fim da escrita desta dissertação. Na visita, foram consultados jornais regionais preservados no acervo. O principal acervo desse tipo é composto pelos exemplares do jornal *Lavoura e Comércio*⁴, que teve sua primeira edição em 1899.

⁴As primeiras edições deste jornal foram digitalizadas e podem ser acessadas por este link: <http://www.codiub.com.br/lavouraecomercio/pages/main.xhtml>

FIGURA 7: MATÉRIA SOBRE A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERABA – 1983



FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA - JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1983.

A matéria do Jornal Lavoura e Comércio é de 24 de janeiro de 1983, depois da doação das terras para a escola-fazenda. A matéria mostra um plano para a construção das instalações, detalha o cronograma de construção e o funcionamento dela. A matéria ocupava a maior parte da página do jornal e era destacada na capa da edição. Outras matérias de menor volume aparecem anterior e posteriormente a essa, que foi escolhida apenas para demonstrar a memória do IFTM contida em meios externos aos seus arquivos.

Outras fontes também podem ser encontradas fora dos arquivos. Essas podem ser, por exemplo, publicações comemorativas de aniversários de *campi* ou do Instituto, como o Diário de Memórias: Histórias dos 10 anos do IFTM⁵. Essa obra traz textos elaborados por estudantes, descrevendo suas memórias ao estudarem no IFTM. Outro exemplo seria fotos e documentos de eventos recentes do Instituto, que são preservados em *drives* internos ou redes sociais do IFTM ou estão em arquivos pessoais de professores e alunos.

⁵A publicação completa pode ser acessada por este link: <https://iftm.edu.br/10anos/diariodememorias/>

Também podem ser memórias documentadas por meio de arquivos pessoais de alunos, professores e servidores relacionados ao Instituto, como planos de aulas, anotações, processos criativos sobre didática, anotações sobre pesquisas, entre outros documentos elaborados no decorrer da vida docente, que ficam armazenados nos arquivos pessoais de cada professor do IFTM. Esses exemplos e outros podem ajudar a compor um Centro de Documentação Virtual do IFTM, desde que passem por seleção e que as memórias preservadas nesse repositório sejam discriminadas. Os princípios dessas escolhas e seus desdobramentos são discutidos no próximo capítulo.

4 PLANEJAMENTO DO CEDOC–IFTM VIRTUAL

Não despreze a tradição que vem de anos longínquos; talvez as velhas avós guardem na memória relatos sobre coisas que alguma vez foram úteis para o conhecimento dos sábios.

John R. R. Tolkien

Este capítulo busca estabelecer um plano para a criação de um Centro de Documentação Virtual do IFTM. Primeiro almeja criar parâmetros para a seleção e a recepção dos documentos que serão guardados ou referenciados no Centro de Documentação. Na segunda parte, procura estabelecer uma estrutura para esse repositório virtual, um conceito básico de *layout* e funções esperadas. Por fim, é necessário mostrar como essas memórias podem ser divulgadas para o público.

4.1 COMO SELECIONAR MEMÓRIAS?

Um Centro de Documentação, como definido no capítulo anterior, abrange documentos em vários formatos, suportes, tipos de conjuntos e objetivos. A abrangência é vista como uma oportunidade para a amplitude do acervo, mas também é um obstáculo para a seleção. Afinal, se qualquer documento pode ser adicionado em um Centro de Documentação, qual o objetivo dessa coleção? Qual o limite da coleção de um Centro de Documentação?

O primeiro limite, para o planejamento de um Centro de Documentação Virtual do IFTM, é selecionar apenas documentos que tenham clara associação com a instituição. Costa (1997, p. 3) afirma que “se a instituição existe, a memória se plasma. É prenhe. Constitui marcas, rastros ou traços que contêm informação”. Apenas pela existência do IFTM, podemos concluir que os documentos produzidos organicamente já cumprem o requisito para serem analisados como memórias da instituição.

Os documentos arquivísticos produzidos já estão preservados dentro da instituição. O que deve ser colocado em um ambiente de consulta virtual? O primeiro passo é identificar os documentos arquivísticos de valor permanente. Novamente pode-se usar a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que define: “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de

valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.” O Centro de Documentação Virtual teria como um dos objetivos ser uma referência para a consulta virtual desses documentos permanentes, com foco nos adjetivos histórico e informativo.

Para a inclusão do fundo arquivístico do IFTM e dos fundos arquivísticos herdados pela instituição, seria necessário primeiramente um estudo sobre esses fundos, sua devida classificação e destinação. Reconhecendo quais seriam os documentos de caráter permanente e quais documentos já podem ser descartados ou terão como o destino o descarte. Esse trabalho de classificação e destinação documental seria o primeiro requisito para a identificação e disponibilização desses documentos (BELLOTTO, 2007).

Nas organizações contemporâneas, públicas ou privadas, o universo arquivístico informacional registrado espelha o presente e o passado. Só é possível delimitá-lo a partir do estudo da evolução de suas estruturas, funções e atividades. Deste modo, poder-se-á entender o porquê da existência dos documentos e encontrar soluções de classificação, avaliação e descrição (LOPES, 2009, p. 55).

Os documentos arquivísticos representam as atividades feitas em uma instituição, a estrutura e a função dela. Dividem-se as atividades em meio e fim. As atividades- meio podem ser de duas formas, as gerenciais, que definem políticas e organizam a administração geral da instituição, ou as burocráticas, que fazem a gestão dos recursos, tanto financeiros, humanos, patrimoniais etc. As atividades-fins são aquelas técnicas e científicas para quais as organizações foram concebidas (LOPES, 2009).

No caso do IFTM, os documentos que representam as atividades-meios são aqueles voltados à gestão de pessoas, à gestão de patrimônio, ao financeiro, documentos sobre informações do órgão e outros semelhantes. Os documentos que representam as atividades-fins são sobre ensino, extensão e pesquisa, sendo documentos burocráticos criados durante essas atividades e documentos científicos produzidos como resultado delas. Ambas as representações documentais podem possuir valor para a memória do IFTM. As instituições retêm e esquecem suas memórias em um processo racionalizado, sendo a memória institucional um constante jogo de informações que se edifica em pequenos blocos. Formam-se práticas discursivas dinâmicas, em que o que é instituído como memória se confunde com quem institui. Os documentos são representações desses pequenos blocos de informação (COSTA, 1997).

Como visto, a memória é uma representação. “Representar é classificar. E classificar é um exercício de poder. Não podemos ter a ilusão da neutralidade. Representar é uma escolha,

um ato político” (COSTA, 1997, p. 16). Não se pretende aqui estabelecer uma possível neutralidade na escolha, e sim um critério quanto a ela. Por isso, o que vai estar no Centro de Documentação Virtual do IFTM, além dos fundos documentais arquivísticos, é uma pergunta que precisa ser respondida, mesmo que a resposta seja incompleta neste momento.

O cerne dessa resposta já foi abordado, o tema do Centro de Documentação é o próprio IFTM. Logo, apenas documentos com essa relação serão cogitados para se unir ao acervo. Além dos documentos arquivísticos, outros documentos poderão fazer parte do acervo. Professores, alunos e servidores administrativos são produtores de documentos que têm relação direta com as atividades-meio e as atividades-fins do IFTM. São fontes diretas de documentos que podem ser incorporados ao acervo. Por isso, é importante diferenciar o arquivo pessoal do institucional.

Pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, artes e a sociedade (BELLOTTO, 2007, p. 266).

As doações de acervos de documentos de fundos pessoais podem ampliar o acervo quanto às perspectivas de memórias. Em contrapartida, exigem cuidados específicos. “Arquivos pessoais desafiam algumas normas arquivísticas, exigindo reestruturações constantes. Na organização desses documentos, somos permanentemente convocados a duvidar das premissas da objetividade e da imparcialidade” (LINHALES et al., 2017, p. 4). Afinal, documentos acumulados e, posteriormente, doados podem buscar representar apenas uma face do seu autor.

Arquiteta-se que os documentos produzidos e acumulados por professores ou por alunos egressos podem trazer uma nova memória do IFTM, que pode não estar representada nos documentos arquivísticos e burocráticos da própria instituição. Procurando em trabalhos que têm como temática a organização de documentos de professores, são encontrados documentais típicos desses acervos:

Cada acervo pessoal que chega ao Cemef/UFMG traz sempre uma surpresa. Alguns são prioritariamente compostos de livros nacionais e estrangeiros, outros configurados como conjuntos de textos manuscritos, planos de aulas, pequenos bilhetes, convites, cartas etc. Existem também muitas fotografias, películas cinematográficas, dispositivos, certificados, medalhas esportivas e placas de

homenagem. Uma diversidade que reafirma a necessidade permanente do debate metodológico e conceitual (LINHALES et al., 2017, p.4).

Em outro trabalho sobre documentos pessoais de professores e cientistas, é detalhada a importância dos objetos como documentos:

Os arquivos pessoais de cientistas são constituídos por documentos produzidos e recebidos por um cientista no curso de suas investigações científicas, além de outras funções e atividades profissionais e pessoais. Como consequência, nos arquivos pessoais de cientistas é comum encontrarmos objetos de diversos formatos e dimensões, acumulados por diversas razões. Ao serem entregues pelas famílias, os documentos em suporte papel vão acompanhados de diferentes gêneros documentais, tais como iconográficos, sonoros e filmográficos. Em alguns casos, também objetos tridimensionais, que são entregues às instituições arquivísticas, a museus e/ou outros custodiadores. Esses arquivos apresentam diversidades de gêneros, tipos e suportes, com uma variedade documental que, junta, constitui o fundo arquivístico. Nele, todos esses documentos são indivisíveis e indissociáveis. A justificativa de se manter tais objetos nos arquivos pessoais de um cientista pode ser norteada pela conservação das “lembranças históricas”. Os cientistas guardam esses objetos como “reliquias” ou lembranças de seus feitos, acrescentando-os em seus arquivos privados (GOMES; SILVA, 2011, p.40).

Entre documentos arquivísticos dos fundos institucionais, fundos pessoais de professores, alunos, servidores administrativos ou outras fontes diversas, é preciso estabelecer um fluxo de análise e entrada desses documentos. A primeira premissa é saber quem será responsável pela seleção do acervo. Como se propõe um projeto de Centro Documental Virtual vinculado ao IFTM, essa decisão caberá à gestão institucional. Apontando os perigos do esquecimento e do poder político da memória, este trabalho alerta para um caminho que busque uma memória abrangente e democrática. Acredita-se que esse caminho seja trilhado com a formação de uma comissão permanente de memória e seleção documental, específica para o Centro de Documentação, esses membros poderiam ser indicados pelo Conselho Superior do IFTM, que possui representantes de discentes, docentes, administrativos e sociedade civil. Contudo não pretendemos neste trabalho estender essa problemática.

Independentemente de quem for responsável pelas escolhas dos documentos do acervo, algumas etapas precisam ser estabelecidas. A primeira é quem pode solicitar quais fundos institucionais ou pessoais façam parte do acervo do Centro de Documentação. O caminho mais democrático é que qualquer pessoa possa preencher essa solicitação, via formulário eletrônico, especificando os documentos e justificando o motivo deles serem inseridos na coleção (TESSITORE, 2003).

Os documentos sendo considerados aptos a comporem o acervo, o próximo passo seria a separação deles em gêneros. “Gênero documental é reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que

exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99). Essa fase possibilita planejar a forma de digitalização (ou representação virtual) dos documentos analógicos.

A segunda etapa será a conversão para o formato digital. Em caso de documentos textuais e iconográficos, será usada a digitalização e nos documentos tridimensionais seria usada a fotografia para que essa possa ser disponibilizada no ambiente virtual. As recomendações para a digitalização dos documentos necessitam seguir a Resolução nº 31, de abril de 2010, que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes⁶, que pode ser resumida no próximo quadro.

QUADRO 3: RECOMENDAÇÕES PARA A CAPTURA DIGITAL DO CONARQ – ADAPTADA

Tipo de documento	Tipo de reprodução	Formato de arquivo digital	Resolução mínima, modo de cor e observações
Textos impressos, sem ilustração, preto e branco - em manchas	Bitonal	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 4 bits, modo bitonal
Textos impressos, com ilustração e preto e branco com manchas	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza
Textos impressos, com ilustração e cor	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB
Manuscritos sem a presença de cor	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza
Manuscritos com a presença de cor	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB
Fotografias (preto e branco e cor)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para ajuste de níveis (preferencialmente)
Negativos fotográficos e diapositivos (a)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 3000 dpi, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB
Documentos	Cor	TIFF sem	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1,

⁶Para leitura completa das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, acessar o link: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf

cartográficos		compressão	com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para ajuste de níveis (preferencialmente)
Plantas	Preto e branco	TIFF	Resolução mínima de 600 dpi, 8 bits, com possibilidade de modo tons de cinza
Microfilmes e microfichas	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, 8 bits, modo tons de cinza
Gravuras, cartazes e desenhos (Preto	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza ou cores para ajuste de níveis (preferencialmente)

FONTE: CONARQ, 2010.

Esse quadro serve como uma base na digitalização dos acervos textuais e iconográficos. É uma referência rápida para saber se os materiais digitalizados cumprem os requisitos mínimos. Os documentos doados ou indicados para compor o acervo do Centro de Documentos podem estar ou não no formato digital. Quem será o responsável pela digitalização nos casos de os documentos indicados serem analógicos? Segundo o CONARQ (2010, p. 6), “o processo de digitalização deverá ser realizado, preferencialmente, nas instalações das instituições detentoras do acervo documental, evitando seu transporte e manuseio inadequados, e a possibilidade de danos causados por questões ambientais, roubo ou extravio”. Seguindo essa linha de pensamento, se possível o detentor do acervo digitalizaria os documentos, caso não tenha a disponibilidade dos equipamentos ou outros recursos necessários, o IFTM, se interessado pelos documentos, ficará como responsável pela digitalização.

Para documentos típicos de museus, objetos de coleções pessoais e outros gêneros documentais impossíveis de digitalizar via *scanner*, o recurso será, preferencialmente, a fotografia. Esse não é uma digitalização mecânica como o *scanner*. Existem uma infinidade de objetos que podem ser incorporados ao acervo. Como também há outras variantes, como espaço de fotografia, câmara usada, fotógrafo responsável, entre outros. No lugar de uma padronização rígida, nesses casos seria necessária uma recomendação para cada conjunto de objetos alvos de digitalização, procurando uniformizar as fotografias no acervo do Centro de Documentação (RUA, 2017).

A terceira etapa da entrada de documentos constituirá na identificação. Empregamos a definição técnica do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) para definir inicialmente essa etapa. “Identificação é o processo de reconhecimento, sistematização e

registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 104). Ela deve conter informações básicas de cada documento. O CONARQ, com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, oferece um referencial quanto aos metadados obrigatórios e outros que são desejáveis no contexto dos arquivos:

- número identificador atribuído pelo sistema;
 - data e hora do registro;
 - título ou descrição abreviada: palavra, frase ou grupo de caracteres que nomeiam um documento arquivístico;
 - produtor: nome da pessoa física ou jurídica responsável pela produção do documento arquivístico;
 - autor: nome da pessoa física com autoridade e capacidade para emitir o documento ou em nome da qual ou sob cujo comando o documento é emitido;
 - redator: nome da pessoa física responsável pela redação do documento;
 - originador: identificação da pessoa física ou jurídica designada no endereço eletrônico ou *login* em que o documento é gerado ou enviado.
- O registro pode incluir informações descritivas mais detalhadas a respeito do documento em questão e de outros a ele relacionados, tais como:
- data de produção;
 - data e hora de transmissão e recebimento;
 - destinatário (com identificação do cargo): organização ou pessoa para quem o documento foi dirigido;
 - espécie documental: divisão de gênero documental que reúne tipos de documentos por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, memorando, ofício, planta, relatório;
 - classificação de acordo com o código de classificação;
 - associações a documentos diferentes que podem estar relacionados pelo fato de registrarem a mesma atividade ou se referirem à mesma pessoa ou situação;
 - formato, *software* versão em que o documento foi produzido ou capturado;
 - máscaras de formatação (*templates*) necessárias para apresentar o documento;
 - restrição de acesso;
 - descritor: palavra ou grupo de palavras que, em indexação e tesauro, designam um conceito ou assunto preciso, excluindo outros sentidos e significados;
 - prazos de guarda;
 - documentos anexos (CONARQ, 2011, p. 27-28).

Percebemos que o número identificador atribuído pelo sistema será uma das funcionalidades necessárias no Centro de Documentação Virtual. O título pode ser herdado caso o documento já possua um ou pode ser criado na hora do seu cadastro. O produtor é importante para diferenciar as origens dos fundos e das coleções documentais, assim como o autor e redator do documento. As exposições mais detalhadas normalmente dependem da disponibilidade ou compatibilidade com os documentos. Nem todo documento possui data clara de produção nem todos os documentos serão arquivísticos para necessitarem de um código de classificação. A restrição de acesso, como discutido no capítulo anterior, deve ser tratada criteriosamente e analisada caso a caso, considerando a possibilidade do recebimento de documentos com dados pessoais ou com outras restrições legais.

A quarta e última etapa é o tratamento documental, essa é contínua e em longo prazo. “Após o recebimento e registro, documentos, fundos, coleções e publicações passam por um processo de classificação e descrição, durante o qual são elaborados os instrumentos que garantem ao pesquisador o conhecimento dos documentos de seu interesse e o acesso a eles” (TESSITORE, 2003, p. 29). Nessa etapa são feitos o arranjo e a descrição.

O arranjo consiste nas operações que organizam e que distribuem em classes os documentos de acordo com as diferentes funções, estruturas ou atividades da fonte produtora dos documentos. Entre as fases do arranjo está o estudo da vida pessoal ou a história da instituição, a elaboração de um quadro de arranjo para distribuição desses documentos e a devida referência deles dentro do arranjo. E a descrição são os procedimentos que possibilitam a criação de instrumentos de pesquisa, como guias, inventários, catálogos, índice ou edição de documentos. Esses procedimentos podem ser adaptados para coleções, bastando que as peças documentais tenham uma sinergia coletiva (TESSITORE, 2003).

Finalizado o caminho básico para o recebimento de documentos, ressalta-se que o Centro de Documentação pode ser, além de guardião dos documentos, uma fonte de referências documentais. Ele não deve ser um lugar para a duplicidade de documentos. Documentos digitais ou digitalizados que já estão devidamente acessíveis e descritos em outros lugares não precisam ser duplicados. Nesses casos, o Centro de Documentação Virtual do IFTM pode referenciar a localização desses documentos, contextualizando a importância e a relação que eles possuem com a sua própria coleção.

4.2 O ARCAPOÇO DO CEDOC-IFTM VIRTUAL

Não é escopo desta dissertação definir as especificações técnicas da construção de um repositório digital de documentos ou as particularidades da programação que envolve o desenvolvimento de um *site*. Feita essa advertência, é necessário fazer alguns apontamentos para a criação do Centro de Documentação Virtual do IFTM que ajudem a planejar um caminho para a sua concretização.

O primeiro passo constituirá em definir quem seria responsável pela criação do Centro de Documentação Virtual do IFTM, quais setores estariam envolvidos nessa criação e como seria esse processo, avaliando a vivência de trabalho no IFTM, caso haja uma aprovação de um Centro de Documentação Virtual vinculado à instituição. Provavelmente, com a criação de uma comissão permanente de memória e seleção documental, aprovada pelo Conselho

Superior, responsável pela sua criação, sua manutenção e seu gerenciamento, como sugerido anteriormente. Assim, como é rotineiro, as comissões responsáveis por uma tarefa de longo prazo teriam a contribuição de diversos servidores no decorrer das atividades.

Considerando o objetivo de preservar a memória documental, seria aconselhável ter entre seus membros representantes das profissões que envolvem as Ciências da Informação e a memória. Os possíveis membros da comissão poderiam ser: arquivistas, bibliotecários, técnicos em arquivo e técnicos em bibliotecas, documentalistas, museólogos e historiadores. Considerando a natureza virtual, analistas e técnicos em informática seriam essenciais para o desenvolvimento do Centro de Documentação. Por fim, professores, outros técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade externa participariam da comissão, com o objetivo de ampliar a gestão democrática do acervo.

O segundo passo será listar normas que deverão ser consultadas durante a construção da estrutura virtual do Centro de Documentação. Como exemplos de normas internacionais que podem ser consultadas, temos:

ISO 14721:2012 define um modelo de referência para criar um *Open archival information system* (OAIS), modelo esse considerado basilar em sistemas de armazenamento e preservação;

ISO 13028:2010 apresenta recomendações para o processo de digitalização de forma a ser adequado para uma preservação a longo termo;

ISO 15801:2009 apresenta recomendações baseadas na totalidade do ciclo de vida de informação, de forma a garantir a fidedignidade da informação digital;

ISO/TR 18492:2005 fornece orientações práticas metodológicas para a preservação a longo prazo e a recuperação de informação autêntica quando o período de retenção excede a expectativa de vida da tecnologia (hardware e software) utilizada para criar e manter essa informação;

ANSI/NISO Z39.87-2006 define um conjunto de elementos de meta-informação para imagens em *bitmap*, relativos à garantia de qualidade, processamento de imagem e preservação a longo-prazo; ligada a esta norma surge o MIX, que constitui um *schema* em XML baseado nos elementos apresentados pelo Z39.87;

PREMIS Data Dictionary, apresenta um conjunto de elementos de meta-informação para a preservação de objetos digitais, conjunto esse que pode ser integrado no *standard* METS, que se formula como um formato para meta-informação descritiva, administrativa e estrutural;

MoReq2010 é uma especificação de requisitos para um sistema de gestão de arquivos;

ISO 16363:2012 define processos para determinar a fiabilidade de um repositório digital, servindo igualmente de base para uma potencial certificação (RUA, 2017, p. 219).

Algumas normas e legislações nacionais também precisarão ser consultadas, algumas já foram citadas ao longo do texto, com foco nas Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e Diretrizes para a Construção de Websites de instituições arquivísticas, textos elaborados pelo CONARQ. As legislações pertinentes a

arquivos públicos e a dados pessoais também necessitarão ser consultadas e permanentemente revisadas, considerando a natureza mutável dessas legislações.

Outras regras que deverão ser seguidas são sobre a identidade visual da marca IFTM. Incluindo normas gerais dos Institutos Federais, como a 3ª Edição do Manual de Aplicação da Marca IF estabelecido pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica por meio da Portaria nº 31, de 15 de setembro de 2015. Nesse mesmo aspecto é preciso estudar as normas sobre padrões para *sites* dos Institutos Federais e normas internas sobre exposição da marca IFTM.

Juntamente com as normas, as legislações e os padrões obrigatórios a serem seguidos, é necessário definir os requisitos mínimos para o *site* do Centro de Documentação. Nesse sentido, o responsável pela implementação deve criar uma lista de requisitos obrigatórios e opcionais. Posteriormente, é necessário o estudo de como serão armazenados os documentos e quais *softwares e hardwares* serão necessários para a implantação do Centro de Documentação. Nesse estudo é necessário levar em consideração os recursos já disponíveis dentro do IFTM. Será o momento de decidir entre usar alguma solução já existente ou criar e desenvolver internamente uma nova solução para disponibilizar os documentos (RUA, 2017).

Entre os requisitos mínimos para o Centro de Documentação Virtual, é preciso ter atenção em relação aos seguintes: campo de pesquisa simples e avançada dentro do acervo, com capacidade de pesquisar por datas, palavras-chaves e gêneros documentais; campo de apresentação do Centro de Documentação, com seus objetivos, sua missão e suas informações essenciais; local para preenchimento e envio de formulário sugerindo a inserção de documentos no acervo; guia do acervo e publicações feitas pelo Centro Documental; atendimento ao público e ao pesquisador, com informações sobre os responsáveis pelo acervo; informações institucionais atualizadas que vinculem o Centro de Documentação ao IFTM.

Sobre a questão do armazenamento é necessário sublinhar que ele deve ser feito de forma segura, uma particularidade é dividir o local de armazenamento dos originais do local de consulta do grande público. Outras variáveis são a realização de cópias de segurança feitas de forma constante para proteger os documentos de erros dos sistemas, vandalismo ou erro humano e uma política de preservação de documentos digitais que deve prever o estudo de migração de mídia – conversão de formatos e outras estratégias - quando necessário (RUA, 2017).

A migração é uma estratégia ideal para preservar documentos arquivísticos digitais estáticos, logo, não é recomendada para documentos dotados de interatividade. Ao implementar estas estratégias, será fundamental registrar todas as alterações

realizadas em metadados para auxiliar na manutenção da autenticidade dos documentos. [...] A estratégia de conversão para formatos concorrentes possibilita a redução do risco de obsolescência do formato de arquivo pelo fato de preservar dois conjuntos de objetos digitais que representam o mesmo documento. Desta forma, utilizam-se formatos que são padrões *International Organization for Standardization* (ISO), amplamente difundidos, de código aberto, sem compressão, ou seja, formatos que possuem credibilidade para preservação dos conteúdos. Assim, de acordo com este método, são escolhidos dois formatos de preservação, que são mantidos até que um se torne obsoleto, então se procede à substituição por um novo formato, mantendo sempre dois formatos de preservação ao mesmo documento. Esta estratégia oferece maior garantia de acesso em longo prazo, porém demanda maior espaço lógico de armazenamento e por isso deve ser simulada antes de qualquer implementação (SANTOS;FLORES, 2018, p. 50-51).

O terceiro passo será definir qual seria o *layout* do Centro de Documentação Virtual do IFTM. Há o relato da experiência na construção de *site* também relacionado à memória:

Após o delineamento do objetivo do site, fez-se um esboço do projeto, ou seja, um *wireframe*. O *wireframe* é o esqueleto que prevê as posições, campos e funcionalidades do site. Neste caso, foi utilizado o Mockflow, ferramenta para desenhar protótipos. Optou-se pela construção do site em estrutura hierárquica já que dessa forma é possível ter uma visão geral do conteúdo e compreender os vínculos com as páginas subordinadas. Um *layout* é construído para transmitir mensagens. A compreensão mínima da percepção e psicologia no design gráfico da web é também fundamental para criar um site equilibrado, harmonioso e simétrico (CRIVELLENTE;JATENE;KOBASHI, 2018, p. 157).

É preciso estar vigilante quanto às seguintes regras de arranjo do *layout*, primeiros *layouts* simétricos são mais tradicionais, porém transmitem a sensação de harmonia. Um *layout* simétrico é aquele que, ao traçar uma linha de cima a baixo no centro de uma página, o lado direito da linha espelha o lado esquerdo. Segundo *layouts* harmoniosos apresentam ordem e equilíbrio, quantidade uniforme de textos e imagens. Esses aspectos formais são importantes e facilitam a consulta e a navegação (MARSHALL;MEACHEM, 2010).

Detalhes como cores, posição exata dos elementos, definições de fontes, tamanhos das imagens e outros ficam como planejamentos na execução do Centro de Documentação. O passo a passo do planejamento pode seguir as seguintes etapas:

1. Definição dos objetivos do site e público-alvo;
2. Definição da estrutura de navegação e Wireframe;
3. Definição da estrutura de metadados;
4. Sistematização e organização dos dados [...];
5. Definição do conteúdo a ser apresentado em cada página;
6. Definição da composição do site: layout e cor;
7. Programação em HTML;
8. Migração e hospedagem do website (MARSHALL, MEACHEM, 2010, p. 157).

No caso do Centro de Documentação Virtual do IFTM, o público-alvo é constituído por pesquisadores da instituição ou de assuntos correlatos, além de professores, alunos e

servidores no geral interessados na história e na memória do Instituto. Os metadados e a sistematização dos dados devem acompanhar as normas já citadas. A estrutura de navegação e os outros passos (como a escolha da linguagem de programação) serão definidos juntamente com a comissão permanente de memória e seleção documental.

Para o estabelecimento de parâmetros e com finalidade de ampliar a visão sobre um possível *layout*, foram pesquisados centros de documentação de instituições de ensino superior que disponibilizam documentos de forma virtual.

FIGURA 8 - PÁGINA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNESP



FONTE: Página do Centro de Documentação UNESP⁷.

Na imagem 8 se vê a tela inicial do *site* do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem-UNESP. O Cedem possui como objetivo preservar, pesquisar e difundir a memória dos movimentos sociais contemporâneos bem como preservar documentos das atividades-fim da UNESP, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Na parte superior da tela, há informações sobre acesso rápido, imprensa, transparência, contatos e uma barra simples de pesquisa. Em maior destaque há *links* para apresentação, pesquisa, guia do

⁷Disponível em: <<https://www.cedem.unesp.br/>>. Acesso em: 1 set. 2020.

acervo, publicações e atendimento ao pesquisador. No centro da tela há uma seleção de notícias relacionadas ao Centro de Documentação.

Na imagem 9 é possível observar a pesquisa avançada, com possibilidades de buscar o tipo do acervo (audiovisual, cartaz, cartográfico, documento sonoro, documento textual, dossiê, iconográfico, livro, objeto tridimensional, periódico, publicação avulsa ou recorte), título, descritores, instituição acumuladora e tipo de suporte ou formato (ampliação fotográfica, diapositivo, digitais, DVD, fotografia digital, fotolito, metal, negativo, papel ou plástico). Nessa mesma tela é possível acessar um cadastro de pesquisador e efetuar *login*.

FIGURA 9 - CONSULTA AO ACERVO CEDEM-UNESP

The screenshot shows the 'Consulta Acervo' page on the UNESP website. The interface includes a search form with the following fields:

- Tipo de Acervo:** A dropdown menu.
- Título:** A text input field with a 'Inicia com' dropdown.
- Tipo de Suporte:** A dropdown menu.
- Autor:** A text input field.
- Descritor:** A text input field with a 'Tipo:' dropdown.
- Data:** A text input field.
- Centro de Documentação:** A dropdown menu.
- Instituição Acumuladora:** A dropdown menu.
- Fundo ou Coleção:** A dropdown menu.

Below the search form are two buttons: 'Pesquisar' and 'Limpar'. The search results area is currently empty, showing 'Nenhum registros encontrado'. At the bottom, there is a table header with columns: 'Ficha', 'Título', 'Tipo de Acervo', 'Fascículo/Qtde', 'Data', 'Instituição Acumuladora', 'Fundo ou Coleção', and 'Centro de Documentação'. A note below the header states: 'Para exibir os registros, informe, pelo menos, uma das opções como filtro de pesquisa'.

FONTE: Página do Centro de Documentação UNESP⁸.

A imagem 10 representa a página do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social, vinculado à Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. O primeiro centro de documentação brasileiro de História Social, que se constituiu no período da ditadura civil militar, tendo início quando a UNICAMP comprou da família de Edgar Leuenroth – um pensador anarquista e militante de causas proletárias - uma coleção de documentos impressos para iniciar um arquivo de História Social. Até os anos 1980 funcionava à margem da formalidade e quando institucionalizado ampliou o seu acervo, passando a editar inventários, guias de fontes e mais recentemente começou a disponibilizar o seu acervo de forma digital (CAVALCANTI, 2014).

⁸ Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/cedem/publico/material.pesquisar.action>>. Acesso em: 1 set. 2020.

FIGURA 10: PÁGINA DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH - UNICAMP

The screenshot shows the website of the Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) at UNICAMP. The header includes the AEL logo, navigation tabs for 'Institucional', 'Acervo', and 'AEL Digit@l', and a search bar. A main article titled 'Nota de Repúdio ao Ataque Virtual Sofrido pela Profª Lucilene Reginaldo' is featured. To the right, a 'Pesquise no AEL' section lists search options: 'PesquisArqH/AEL' (detailed description of document sets), 'Instrumentos de Pesquisa' (lists, catalogs, inventories), 'Acervus/SBU' (books, pamphlets, and periodicals), and 'AEL Digit@l' (digitized documents for download). Below the article, four news items are displayed: 'SUSPENSO - Existimos: Arquivos e Memória LGBTI+', 'Centro de Documentação, Movimentos Sociais e Universidade: diálogos, desafios', 'AEL PARTICIPA DO III ENCONTRO "ARQUIVOS PESSOAIS" DA ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS...', and 'Unicamp recebe visita de delegação da Universidad Austral de Chile'.

FONTE: Página do Arquivo Edgard Leuentoth⁹.

No site do Arquivo Edgard Leuenroth na parte superior há *links* para informações institucionais, acervo, contatos, atendimento, publicações e uma pesquisa simples. No meio há notícias em destaque e *links* para pesquisas e instrumentos de pesquisas detalhados. Na lista de instrumentos de pesquisas é possível encontrar o Guia de Fundos e descrições específicas desses fundos. Os conjuntos de documentos digitalizados estão listados com a informação se estão completamente ou parcialmente disponíveis, também há uma série de informações sobre a digitalização e o acesso a esses documentos, incluindo avisos sobre possíveis documentos indisponíveis por motivos legais e a autorização do uso desses documentos.

⁹ Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 8 set. 2020.

Acredita-se que é importante usar exemplos já estabelecidos para a criação de algo com objetivos semelhantes. Como há semelhanças entre os locais de memórias documentais, podemos usar as Diretrizes para construção de websites de instituições arquivísticas, documento elaborado pelo CONARQ:

O website de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física (CONARQ, 2000, p.4).

Considerando as informações disponíveis nas páginas citadas de centros de documentação é possível ver que há um esforço em seguir essa indicação do CONARQ. Como discutido anteriormente, não houve intenção de um planejamento aprofundado sobre a construção técnica do site e seu *layout*, pois essa etapa deve ser cuidadosa e feita com profissionais capacitados para a tarefa. Mas no processo de pesquisa é possível ver que há bons exemplos a serem seguidos e que há normas e manuais suficientes para a criação de um arcabouço inicial para a construção do Centro de Documentação Virtual do IFTM. O produto educacional gerado pela pesquisa pode ser acessado pelo *link*: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597427>.

4.3 CAMINHO DA LEMBRANÇA – DIVULGANDO MEMÓRIAS

Divulgar as memórias colecionadas é um dos objetivos do Centro de Documentação. A preservação só possui valor se o documento/memória estiver acessível. A informação precisa ser recuperada, quando algum pesquisador necessitar de uma informação que existe no Centro de Documentação Virtual do IFTM, ele tem que ser capaz de consegui-la. Mas uma boa divulgação vai além da recuperação. As ações precisam chamar atenção para o acervo, precisam educar sobre essas memórias e dar à luz as coleções acumuladas.

Na Ciência da Informação existe o termo difusão. Como Moisés Rockembach define:

Neste sentido, a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do

marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (ROCKEMBACH, 2015, p.113).

Para um centro de documentação, acredita-se que a difusão e seus princípios de acessibilidade, transparência, atendimento e realização da mediação entre acervo e público são competências essenciais. Projeta-se uma divulgação mais ampla para o Centro de Documentação Virtual, que seria composta por ações educativas e com cunho de propaganda dos seus acervos e dos temas tratados pelos documentos. Assim, o termo divulgação é adequado para o objetivo deste trabalho, considerando como: “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.72).

Nota-se que na divulgação dos arquivos, bibliotecas, museus e centros documentais é comum o uso das ferramentas encontradas na internet, como vinculação de notícias relacionadas ao acervo, ao uso de redes sociais e a apresentações de suas publicações. Para o Centro de Documentação Virtual do IFTM, essas ferramentas precisam ser exploradas para a que divulgação seja concretizada, ou seja, criar uma ponte entre os pesquisadores e a comunidade com as memórias e informações sobre o IFTM.

O centro de documentação, diante de aspectos regionais e contextualizado em suas práticas e temas, pode agir como espaço educacional. Complementando o seu acervo e os materiais disponíveis, estão ações que multiplicam a potencialidade educativa de um centro de documentação. Elas podem ser exposições, palestras, conferências, oficinas com documentos, cursos e outras várias possibilidades. No âmbito virtual também é possível estabelecer essas ações usando ferramentas, como vídeos, videoaulas, conferências *on-line*, publicações, entre outras variáveis (NEVES, 2005).

Um centro de documentação é um lugar que se configura como espaço de reflexões sobre a memória, a história e pode aliar a configuração do espaço de trabalho às concepções educacionais e às finalidades do fazer educativo. Ao atribuir a esses espaços valores educacionais, deve-se entender que um centro de documentação é um espaço caracterizado pelo trabalho técnico, e um local que pode permitir atividades educativas como um lugar que se define conforme os seus pressupostos de função e uso (NEVES, 2005, p. 30).

Não é possível deixar de lado o aspecto educativo dos espaços de memória, principalmente quando um espaço de memória é proposto dentro de uma instituição de ensino. O primeiro público-alvo seria os próprios alunos, professores e servidores do IFTM.

Não apenas para aqueles que desejam fazer alguma pesquisa acadêmica, mas para trazer o aspecto da memória coletiva desta instituição para o conhecimento geral dos membros que compõem esta comunidade. Entende-se que o principal público será o pesquisador buscando informações e dados específicos, normalmente subsídio para um trabalho acadêmico. Mas as ações educativas e a publicidade podem também levar conhecimentos para o público geral.

Em sociedades democráticas, o acesso à informação é condição *sine qua non* para que a população dela se aproprie. Por essa acepção, a difusão dos arquivos demarca um viés politizante e almeja a uma sociedade mais transparente, plural e informada, cujo projeto seria o acesso e compreensão de todos ao conhecimento que, atualmente, poucos partilham. Sem embargo, uma plena apropriação extrapola o mero provimento de acesso físico ou virtual aos documentos de arquivo, contemplando, ainda, seu entendimento pelo chamado cidadão comum, aquele que é leigo ou não especialista no campo arquivístico. Dessa forma, a inteligibilidade se revela essencial para que a informação contida nos arquivos confira a estes uma conotação crítica e social, presumindo-se a compreensão esclarecida de seu conteúdo (LOPES; DA SILVA, 2020, p. 71)

A divulgação deve ultrapassar os termos técnicos usados em *sites* de arquivos que divulgam seus documentos, mas não explicam o contexto desses documentos. Hoje há séries inteiras de coleções documentais digitalizadas de arquivos públicos ou privados, no entanto nem sempre essa exposição deixa claro que esses documentos são apenas recortes de uma coleção ou de um fundo arquivístico. Outro problema é que os princípios que regem o arranjo e instrumentos de descrição documental são desconhecidos, inclusive entre pesquisadores com alto nível de escolaridade (KOYAMA, 2016).

Para solucionar esse problema, é necessário usar práticas colaborativas entre usuários e pessoas responsáveis pela descrição e seleção desses documentos. Durante a apresentação de cada documento, é importante explicar de que coleção ou fundo ele faz parte, em que contexto o documento está inserido e dar informações para o pesquisador retirar suas próprias conclusões daquele documento.

Para tal, considerando as potencialidades da comunicação *on-line*, podemos ampliar as práticas de interação digital entre Arquivos e seus usuários, vistos como sujeitos da experiência, tomando o acervo como base o estímulo para experiências criativas de interação entre comunidades e arquivos digitais, cujas dinâmicas colaborem para o fortalecimento dos sujeitos das comunidades escolares, para a produção de conhecimento e a inclusão, tanto social como digital. O desenvolvimento de formas colaborativas de práticas digitais pode envolver ativamente estudantes, professores e suas comunidades na criação de narrativas e representações de memória significativas, se centrarmos nosso olhar sobre os usuários dos Arquivos como sujeitos da experiência, cujas memórias se entrecruzam aos acervos arquivísticos de formas singulares e, sobretudo, de maneira a fortalecer tais sujeitos, buscando

possibilidades tecnológicas que facilitem e estimulem essas experiências (KOYAMA, 2016, p. 87).

Há muitas possibilidades de experiências educativas que podem ser vivenciadas com o Centro de Documentação Virtual do IFTM. Um pesquisador pode consultar um documento-chave para sua pesquisa acadêmica, um técnico administrativo pode recuperar informações sobre procedimentos de um determinado período do Instituto, um aluno egresso pode relembrar os seus tempos de IFTM, um professor pode se inspirar nas aulas de outros professores, um historiador pode usar o banco de dados para sua pesquisa, um cidadão pode esclarecer uma dúvida sobre a educação tecnológica da região. Essas experiências poderão ser exploradas em momentos futuros em outras pesquisas, aumentando assim o impacto da criação e expansão de um Centro de Documentação Virtual no IFTM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na mitologia grega, a memória é uma deusa, Mnemosine. A memória durante os séculos ultrapassou a mitologia e passou a fazer parte da filosofia, da retórica, do ocultismo e da ciência. A memória individual faz parte do escopo de várias áreas do conhecimento humano, como a educação, a história, a medicina, a psicologia, entre outras. Juntamente com a memória, sua oposição, o esquecimento, é um termo que causa debate e provoca a busca pela sua superação. As pessoas desejam lembrar e manter suas memórias.

As ciências humanas trouxeram o conceito de memória para as sociedades e para grupos específicos. A memória social, assim como a memória individual, traria o sentido de origem e pertencimento. Uma sociedade precisa preservar sua memória para saber suas origens, sua história e o caminho que a trouxe até a atualidade. A memória social também tem mazelas que trazem o esquecimento e outros distúrbios que modificam as memórias.

Dentro desse conceito coletivo de memória existe a memória institucional. Uma organização, privada ou pública, grande ou pequena, também terá sua história e sua memória. História e memória são conceitos que trazem conotações semelhantes, mas não são sinônimos. São dois lados de uma mesma moeda. E é necessário diferenciar que a memória coletiva é algo diferente da história daquele coletivo. O fazer da história não é o mesmo do colecionador de memórias nem deveria ser. Mesmo com essa diferença as instituições também desejam guardar suas memórias.

Nesta dissertação foi feito um planejamento para uma coleção de memórias. Não pretendíamos uma escrita da história, muito menos adentrar profundamente nesse assunto. Reconhece-se que os conceitos precisam ser estudados e acabam se influenciando mutuamente. Durante a fase de preparação da dissertação, encontraram-se nos documentos, arquivísticos ou não, as fontes dessa coleção de memórias. A experiência nos arquivos e protocolos do IFTM ajudou na confecção do conceito de um Centro de Documentação Virtual para o IFTM guardar fragmentos da sua memória.

Esses fragmentos de memórias representados pelos documentos exigiram que os conceitos de documentos, arquivísticos, museológicos e biblioteconômicos fossem explorados e diferenciados, além da necessidade de buscar as especificações dos locais de memórias. Arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentações, prédios, monumentos, entre outros, precisam ser analisados como possíveis locais de memória. Quando uma sala de aula pode ser vista como parte da memória de uma escola?

Acredita-se que a memória coletiva precisa ser erguida por diversos agentes, não pode ser preservada apenas em documentos oficiais e prédios. É necessário que a memória de uma instituição esteja preservada na memória da sua comunidade. No caso de uma escola, a memória está juntamente com os professores, alunos, servidores e toda a comunidade que a cerca e com a qual mantém alguma relação. Por isso, no planejamento do Centro de Documentação Virtual do IFTM, foi aberta a possibilidade de inserção permanente de documentos relacionados à instituição.

A diversidade desses pedaços de memória também é importante para a criação de uma coleção. Seria pobre uma memória recomposta apenas por arquivos. Um centro de documentação na sua essência aceita os mais variados gêneros documentais e fontes desses documentos. Desde que esses respeitem o tema do centro de documentação, não pode haver limites se o fragmento de memória for em papel, foto ou vídeo. Defendeu-se nesta pesquisa que a melhor forma de difundir e dar vida à maior variedade documental para um público amplo seria a virtualização desse centro de documentação.

O virtual ultrapassa as barreiras físicas impostas por um centro de documentação físico, ampliando seu acesso para um público que precisa apenas do acesso à internet. Sabe-se que a internet não é um recurso universal. Mesmo com suas limitações, acredita-se que seja um caminho democrático para uma instituição “*multicampi*”. Dessa forma, um centro de documentação não pode ser centralizado ou fragmentado em vários locais de guarda de documentos.

Não houve pretensão de esgotar os temas acerca de como selecionar, guardar e difundir a memória de institutos de ensino nesta dissertação. Imagina-se que vários conceitos deixados de lado nesta dissertação possam ser explorados juntamente com memória. Estudos em outras áreas poderiam usar os conceitos de memória para ampliar a visão do IFTM, principalmente uma visão ampla sobre as possibilidades educacionais de um centro de documentação como um local de educação não formal.

Também não houve pretensão de colocar um Centro de Documentação Virtual como único repositório de memória do IFTM. Acredita-se que outros estudos poderiam ampliar o Centro de Documentação, trazendo, por exemplo, novas tecnologias para a visualização de documentos. Hoje é possível pensar em um museu do IFTM em três dimensões ou em realidade virtual aumentada. Novas pesquisas poderiam ampliar o conceito de história e memória para outros locais de memória da instituição.

Para a criação do produto educacional, voltado para as histórias e as memórias das instituições de ensino federal, foram traçados exemplos de documentos. Esses demonstraram

que tanto os arquivos da instituição quanto outros locais de memória possuem peças fundamentais para a história e a memória do IFTM. A pesquisa também usou instrumentos normativos nacionais e internacionais para estabelecer parâmetros para descrições, digitalização e difusão destes documentos, criando então um planejamento para a implantação de um Centro de Documentação Virtual no IFTM, que também serve como um manifesto sobre a importância da memória institucional, principalmente a memória ligada às instituições de ensino profissionalizante.

Por fim, apesar da especificação desse produto, acredita-se que ele possa servir de exemplo para outras instituições, obviamente guardando as devidas proporções e os recursos de cada instituto. A memória da educação profissional e tecnológica do Brasil precisa e deve ser preservada. Essa preservação mostrará com clareza quais caminhos foram percorridos e ajudará na escolha de caminhos futuros para nosso ensino.

REFERÊNCIAS

Livros:

BACON, Francis. *Novum Organum*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MULLER, S.P.M (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CARRUTHERS, Mary. *A técnica do pensamento: meditação, retórica e a construção de imagens*. Trad. de José Emílio Maiorino. Campinas: Unicamp, 2011.

COOK, Terry. *O conceito de Fundo Arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. *Economia Doméstica: Ensino profissionalizante feminino no triângulo mineiro*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

FOGUEL, Israel. *Uma breve história do livro*. São Paulo: Clube de Autores, 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, Iván. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2013.

LOPES, Carlos Luís. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2001.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MARSHALL, Lindsey; MEACHEM, Lester. *Como usar imagens*. São Paulo: Edições Rosari, 2010.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PLATÃO. *Fedro ou da beleza*. Trad. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimaraes Editores, 2000.

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto – Crátilo*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain Fraçois. Campinas: Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Unicamp, 2016.

SARAMAGO, José. *O caderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SMIT, Joahanna W. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; Loureiro, Maria Lucia N. (org.). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

TOLKIEN, J. R. R. *O Senhor dos Anéis: Volume Único*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Trad. de Flávia Bancher. Campinas: Unicamp, 2007.

Artigos:

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. *Tempos Históricos*. v. 15, p. 317-343, 2011.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. *Estudos avançados*, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

CRIVELENTE, Mariana Ramos, JATENE, Caio Vargas, KOBASHI, Nair Yumiko. *Sítios de memória e direitos humanos da América Latina: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação*. Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du colloque scientifique international du Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documentária. Anais do 4º colóquio científico internacional da Rede MUSSI, Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, p. 151–162, 2018.

FAITANIN, Paulo. A memória segundo Tomás de Aquino. *Revista Eletrônica Aquinate*, n. 3, p. 47-58, 2006.

GOMES, Michele de Almeida. SILVA, Maria Celina de Mello. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. *Arquivo & Administração*, v. 10, n. 1, p. 31-48, 2011.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, v. 7, n. 13, 2008.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Odila Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da informação*, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

KOYAMA, Adriana Carvalho. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. *Acervo*, v. 29, n. 2, p. 74-88, 2016.

LINHALES, Meily Assbú et al. Arquivos pessoais de professores de educação física: organização arquivística e pesquisa histórica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 39, n. 3, p. 276-283, 2017.

LOPES, Bianca da Costa Maia; DA SILVA, Eliezer Pires. A divulgação de acervos arquivísticos na web: potencialidades da perspectiva de User Experience aplicada ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Ciência da Informação em Revista*, v. 7, n. esp., p. 70-90, 2020.

MATTAR, Eliana. Dos arquivos em defesa do Estado ao Estado em defesa dos arquivos. *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 13-35, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e História: problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Maria Gabriela Menezes; BUENO, Orlando F. A. Neuropsicológica da memória humana. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, p. 117-138, 1993.

PEREIRA, Lucas de Almeida. Os primórdios da informatização no Brasil: o “período paulista” visto pela ótica da imprensa. *História (São Paulo)*, v. 33, n. 2, p. 408-422, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUADROS, Elton Moreira. A questão da memória em Aristóteles e Agostinho – Uma leitura a partir de Paul Ricoeur. *Scintilla-Revista de Filosofia e Mística Medieval*, v. 13, n. 2, p. 47-62, 2016.

QUADROS, Elton Moreira; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Platão, Aristóteles e a questão da memória: uma leitura ricoeuriana. *Revista Memória em Rede*, v. 8, n. 15, p. 63-86, 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Comunicação & Sociedade*, v. 28, n. 47, p. 99-114, 2007.

ROBREDO, Jaime. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. *Liinc em revista*, v. 7, n. 1, 2011.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, v. 4, n. 1, 2015.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. *Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, v.1, n.1, 2002.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricas*, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.

RUA, João. Digitalização, Preservação e Acesso: contributos para o projeto Museu Digital da U. PORTO. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, n° especial (2017), p. 199-229, 2017.

RUSCONI, Fabrizio; SALVADOR, Clara. Escrita e memória: do mito de Thot ao 'De umbris idearum' de Giordano Bruno. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 28, n. 57, p. 437-451, 2018.

SANTOS, Henrique Machado; FLORES, Daniel. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de migração. *Prisma.com*, n. 37, p. 42-54, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Remates de Males*, v. 26, n. 1, p. 31-45, 2006.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação & Sociedade*. v. 21, n. 71, p. 166-193, 2000.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

TANUS, Gabrielle Francinne. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. *Biblos*, v. 28, n. 1, p. 85-100, 2014.

Teses e Dissertações:

CARNEIRO, Juno Alexandre Vieira. *Pedagogia da Memória: as fotografias da Escola De Economia Rural Doméstica de Uberaba - ESERD (1954-1978) na perspectiva do ensino de artes do IFTM / Campus Uberaba*. 2019. 138 f. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Educação Tecnológica. Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2019.

CAVALCANTI, Márcia Texeira. *Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias às margens do regime de informação*. 2014. 190 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2014.

COSTA, Icléia Thiessem Magalhaes. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. 169 f. (Tese de Doutorado). Doutorado Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 1997.

COUTINHO, Ednaldo Gonçalves. *Capitalismo tardio e educação profissional: as escolas Agrotécnicas federais mineiras de Barbacena, Rio Pomba e Uberlândia (1940-1970)*. 2013. 377 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Carlos, São Carlos-SP, 2012.

GARCIA, Daniele da Costa. *História do Colégio Agrícola de Uberlândia: da criação a formatura da primeira turma de Técnicos em Agropecuária (1957 - 1972)*. 2011. 167 f. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2011.

LEMES, Luciana Couto. *O modelo de gestão das Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: um estudo de caso do IFTM Campus Uberaba*. 2016. 99 f. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Educação Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2016.

MANINI, Miriam Paula Manini. *Análise Documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários*. 2002. 226 f. (Tese de Doutorado). Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2002.

NEVES, Rogerio Xavier. *As possibilidades educacionais em centros de documentação e memória*. 2005. 206 f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária*. 2011. 270 f. (Tese de Doutorado). Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, 2011.

SILVEIRA, Jane Paula. *Processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Patos de Minas*. 2016. 132 f. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Gestão Pública, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016.

SOUZA, Luciano Ferreira de. *Conhecimento e memória no Teeteto de Platão*. 2016. 194 f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Grega, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2016.

YOSHIMOTO, Elton Mitio. *Para além do templo das musas: museu virtual como possibilidades de leituras de documentos históricos na escola*. 2016. 145 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas Sociais e da Natureza, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina - PR, 2016.

Legislações:

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

BRASIL, Constituição. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais*, v. 88, p. 1, 2008.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. 1991.

Outras referências:

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). *Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas*. [S.I.] 2000. Disponível em:

<http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>

Acesso em 03 set 2020.

_____. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. [S.I.] 2010. Disponível em:

<http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>

>. Acesso em 10 ago 2020.

_____. *e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos*. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

GRAY, Richard. *O arquivo soterrado em mina de sal que pretende salvar conhecimento humano do apocalipse*. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-37971529> Acesso em: 15 maio. 2019.

QUEIROZ, Rita de C. R. *Informação Escrita: do manuscrito ao texto virtual*. VI Encontro Nacional de Ciência da Informação – Informação, conhecimento e sociedade digital. Salvador, BA, 2005.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. *Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação*. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 2002.

APÊNDICE 1 – PRODUTO EDUCACIONAL

Projeto para implantação do Centro de Documentação Virtual do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – CEDOCV-IFTM

Elaboração: Caio Resende

ÍNDICE

1. Introdução	pág. 03
2. O valor da memória	pág. 04
3. Planejamento do CEDOCV-IFTM dentro da estrutura organizacional	pág. 06
4. Objetivos, requisitos, normas e parâmetros do CEDOCV-IFTM	pág. 07
4.1 Objetivos.....	pág. 07
4.2 Requisitos do <i>site</i>	pág. 07
4.3 Parâmetros para incorporação de documentos ao acervo	pág. 08
4.4 Identificadores dos documentos do acervo	pág. 09
4.5 Norma de documentos digitalizados	pág. 10
5. Etapas do projeto de implantação	pág. 11
5.1 Pré-produção	pág. 11
5.2 Produção e Execução	pág. 12
5.3 Inauguração, manutenção e expansão	pág. 12
6. Referências	pág. 13

1. INTRODUÇÃO

Esse projeto objetiva a implantação de um centro de documentação virtual do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - CEDOCV-IFTM. Esse centro de documentação pretende virtualmente reunir documentos relativos ao IFTM que possam servir como repositório para a memória institucional. Buscando então a preservação e divulgação dessas memórias para os membros do instituto e para a comunidade interessada na história e na memória desse órgão, como uma instituição educacional, esses documentos também guardam relação com a memória do ensino e com a história regional em que o instituto está inserido.

Não são todas as instituições ou pessoas que se preocupam com a memória. Normalmente, a questão da memória só é lembrada quando está próximo de datas comemorativas ou eventos considerados importantes. Nesses momentos, é comum uma corrida desesperada por relatos orais de antigos colaboradores ou pesquisas desorganizadas em arquivos. Consequentemente, descobrem lacunas, não localizam documentos e percebem que colaboradores que poderiam dar relatos valiosos faleceram. Essa amnésia institucional possui remédios. Entre esses remédios está a preservação de memórias nos arquivos, museus e centros de documentação.

A implantação do CEDOCV-IFTM possibilitaria uma medida de segurança com as memórias do IFTM. Buscando criar um repositório confiável para esses documentos. A virtualidade do CEDOCV-IFTM possibilita uma ampla possibilidade de público. O instituto então contará com um lugar de referência para sua história. Esse espaço também será aberto para projetos de pesquisas e extensão considerando a variedade de documentos que um centro de documentação possui em acervo.

Esse projeto começa com uma definição do valor da memória. Principalmente o conceito da memória institucional. Indo para um planejamento da estrutura organizacional do CEDOCV-IFTM. Passando para a definição dos objetivos, a apresentação, os requisitos e as normas que deverão ser seguidas para um centro de documentação cumprir o seu papel. O projeto apresenta as etapas para a implantação, da sua concepção e discussão inicial dentro do órgão até sua inauguração e manutenção. Esse projeto não pretende ser um gabarito rígido sobre como implantar centros de documentações virtuais. Ao contrário, busca em linhas gerais estabelecer um planejamento que seja aberto a mudanças e adaptações segundo as necessidades da instituição.

2. O VALOR DA MEMÓRIA

Informação. Dados. Documentos. Memória. São termos que estão em pauta atualmente. A sociedade contemporânea é marcada pela preocupação com as informações – se são confiáveis, verdadeiras ou úteis. Permeando o conceito de informação estão os conceitos de dados e documentos. E as mesmas dúvidas aparecem – os dados apresentados são confiáveis? Os documentos são autênticos?

Nesse âmbito, é importante ressaltar o último termo exposto: a memória. O conceito de memória é amplo. Pode ser pensada na memória individual e suas moléstias que causam amnésia. Mas o conceito de memória ultrapassa essa memória do indivíduo. O conceito de memória também é usado para o coletivo. A memória social de um povo, de um país ou de uma comunidade mais restrita. Também é usado para tratar de memórias de instituições.

Enquanto memórias pessoais primordialmente são guardadas no cérebro – na memória – de uma pessoa. Memórias de uma instituição são guardadas em seus arquivos, bibliotecas, museus e nas memórias individuais das pessoas que fazem parte dessa instituição. E nesse ponto os conceitos de memória se ligam aos conceitos de informação, dado e documento. Quando um pesquisador quer acessar a memória de determinada instituição ele pode procurar pessoas ou documentos, gerando assim dados e informações. Esses documentos normalmente são encontrados em *lugares de memória*.

Lugares de memórias são comuns em instituições, públicas ou privadas. Em algumas há múltiplos lugares de memória e em outras não existe nenhum lugar formal. As instituições procuram no passado, elementos que possam servir como referência para sua identidade. Criando uma comparação com a memória individual, as instituições querem lembrar e combater a amnésia. O passado de uma instituição cria bases de coerência interna e fornece referências externas que permitem a construção de uma imagem e de se legitimarem nas suas atribuições (RIBEIRO; BARBOSA, 2007).

Como uma instituição preserva sua memória? Normalmente as instituições guardam o passado colecionando memórias, ou seja, elementos simbólicos que usam para manter a referida coesão interna. Esses elementos normalmente são guardados por força da legislação vigente, como documentos de arquivos comprobatórios. Mas também são constituídos de objetos comemorativos, fotografias, relatos e filmes sobre os funcionários. Peças publicitárias e reportagens midiáticas sobre a instituição também fazem parte desse arcabouço de lugares de memórias que são colecionados dentro de uma instituição (RIBEIRO; BARBOSA, 2007).

Mas não basta guardar, pois é necessário lembrar. Um monumento ou um arquivo sem

que haja um esforço direcionado para sua lembrança cai em esquecimento. Para Le Goff (2013), arquivos e museus nacionais são instituições-memória, e isso acontece desde o início da escrita até os dias atuais. Mas há uma seleção no que se lembra ou guarda. Dentro dessa escolha estão os lugares no sentido micro, o estabelecimento da memória dividida em peças. Esses pedaços seriam os documentos em seu sentido amplo.

Para guardar documentos/memórias é necessário selecionar. Quais documentos são cabíveis de formar um acervo sobre um tema? O centro de documentação busca responder a essa pergunta. No interior de um centro de documentação seriam colocados documentos variados configurando uma maior gama de reposição da memória. Enquanto um arquivo ficaria restrito aos documentos orgânicos de uma instituição, um centro de documentação poderia ter várias formas de buscar essas memórias – com documentos bibliográficos, coleções particulares, filmes, objetos de museu etc. Mas a implementação de um centro de documentação é uma ação racionalizada (TESSITORE, 2003). Assim,

Antes de estabelecer seu perfil, o centro deve conhecer as demais entidades de documentação locais, a fim de complementá-las, somar esforços e não duplicá-las, especialmente onde os recursos são escassos. Do contrário, teremos um órgão preservando documentos que outro já custodia, enquanto outros conjuntos documentais se perdem. Além disso, deve precisar quem é seu público e quais são suas demandas de informação. Se o primeiro ponto é determinado na criação do centro, embora possa comportar transformações ao longo de sua existência, o segundo deve ser diagnosticado pela Instituição através de mecanismos de interação com esse público e de pesquisas formais periódicas (TESSITORE, 2003, p. 18).

Um centro de documentação tem como função colecionar documentos. Como toda coleção, é necessário que seja feita uma seleção, uma avaliação de quais documentos seriam guardados. É necessário que cada lugar de memória limite seu espaço e avalie quais documentos guardar. Essa escolha é uma ação de discriminação daquilo que será considerado memória. Os profissionais que são envolvidos nessa avaliação precisam estar atentos a suas escolhas e consciente dessa discriminação.

Com um bom planejamento sobre o que guardar a confiança nos documentos e nas informações aumentam. Para isso é necessário seguir objetivos claros, buscar referências em normas nacionais e internacionais. Ter requisitos e um plano de divulgação dessas memórias, para serem encontradas por quem as procurar.

3. PLANEJAMENTO DO CEDOCV-IFTM DENTRO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Antes de estabelecer requisitos e tecnicidades sobre o centro de documentação é necessário visualizar onde ele estaria na instituição. O CEDOCV-IFTM precisa ter um grau de autonomia e independência, além de necessitar de uma equipe multidisciplinar para o seu potencial ser alcançado. Por esse motivo é aconselhável que o CEDOCV-IFTM seja coordenado por um órgão colegiado indicado e aprovado pelo Conselho Superior.

Considerando que o Conselho Superior tem uma representação democrática dentro do instituto e que tem poder para estabelecer um novo órgão colegiado esse é o caminho mais apazível. Outras opções de institucionalizar o centro de documentação são possíveis. Mas é necessidade ter cuidados e aconselhamentos para que os objetivos não sejam distorcidos. Mesmo compreendendo que há seleções de documentos, essa seleção não pode ser buscada em benefícios pessoais ou com o intuito de passar apenas uma imagem da instituição.

Considerando o melhor caminho, o da criação de um órgão colegiado. Dentro desse órgão colegiado é esperado a presença de arquivistas, técnicos em arquivos, bibliotecários, técnicos em biblioteconomia, museólogos, documentalistas e historiadores. Técnicos administrativos em geral e professores também deveriam fazer parte. Não é necessário ter todas as especialidades citadas, mas é indicado buscar o máximo possível de experiência na área das Ciências da Informação. Considerando que o centro de documentação será virtual, é fundamental a participação de profissionais da área de tecnologia da informação e comunicação.

O órgão colegiado que coordenaria o CEDOCV-IFTM também precisará criar vínculos e parcerias com outras áreas institucionais, como as pró-reitorias de ensino, de extensão e cultura e pesquisa, pós-graduação e inovação, considerando os objetivos de ser uma ferramenta de pesquisa e aprendizagem e considerando que a memória possui um grande papel na cultura da instituição. Projetos de extensão e de pesquisa poderiam ser elaborados em parcerias com essas pró-reitorias.

4. OBJETIVOS, REQUISITOS, NORMAS E PARÂMETROS DO CEDOCV-IFTM

4.1 Objetivos

O CEDOCV-IFTM tem como objetivo principal tornar-se um centro de referência em memórias, informações e documentos relativos ao IFTM, com os documentos - natos-digitais ou digitalizados – organizados e estruturados para fornecer uma ideia completa do seu significado para o público.

Como objetivos específicos:

- Reunir, preservar e divulgar documentos de pessoas ou instituições que possuem o IFTM e a educação/ensino como seus assuntos principais.
- Referenciar outras coleções e fundos arquivísticos que possuem o IFTM como assunto principal.
- Estabelecer uma programação de exposições virtuais de documentos, memórias e relatos sobre o IFTM.

4.2 Requisitos

Os requisitos do CEDOCV-IFTM podem sofrer alterações de acordo com as necessidades durante o andamento do projeto. Novas demandas legislativas ou possibilidades tecnológicas podem alterar o esperado de um centro de documentação. Mas como base inicial são levantados os seguintes **requisitos funcionais obrigatórios**:

- O *site* terá uma apresentação e um *layout* funcional, simples e intuitivo.
- É necessário que CEDOCV-IFTM aceite armazenar de forma segura, documentos natos-digitais e digitalizados em múltiplos formatos – imagens, textos, vídeos, áudios, plantas, entre outras possibilidades.
- Haverá um espaço para pesquisas rápidas e por assunto e um espaço para a pesquisa avançada, com filtros para datas, assuntos, tipos de documentos, autores, interessados, classificação arquivística e outros filtros pertinentes.

- O repositório dos documentos precisa ser seguro, seguindo as normas nacionais e internacionais, de boas práticas em proteção de documentos e dados.
- É necessária uma política de *backup* e uma política de segurança da informação como condição para a inauguração do CEDOCV-IFTM.
- É preciso que na página inicial fiquem expostos notícias e comunicados sobre o CEDOCV-IFTM.
- É necessária uma página para cadastramento de formulário para inserção de novas coleções e documentos ao acervo.
- É preciso uma interface para os administradores do CEDOCV-IFTM cadastrar e alterar cadastros de novos documentos e coleções.
- A interface de administrador precisa ser capaz de capturar lotes de documentos, com eficiência e segurança.
- Na interface de administrador é necessário ter controle sobre as notícias vinculadas ao CEDOCV-IFTM, aos descritores dos documentos e coleções.
- Os administradores devem ser alertados via e-mail quando há novos formulários para inserção de novas coleções e documentos ao acervo.

4.3 Parâmetros para incorporação de documentos ao acervo

- Deve ser inserido o fundo arquivístico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, ou seja, os documentos permanentes devidamente tratados e arranjados.
- Devem ser inseridos os fundos de todas os órgãos que o IFTM herdou durante a sua formação. Respeitando os limites de cada fundo arquivístico.
- Devem ser inseridas coleções bibliográficas (publicações do IFTM) e museológicas que já se encontram em domínio do IFTM.

- Poderão ser inseridos documentos arquivísticos, que não são identificados como permanentes, quando esses forem recolhidos em caráter de exemplificar rotinas administrativas e outras memórias do instituto.
- Poderão ser inseridos fundos pessoais de professores, alunos e servidores do IFTM, quando o CEDOCV-IFTM, identificar nesses documentos valor de memória e história para o IFTM.
- Poderão ser inseridos documentos de outros fundos arquivísticos, coleções bibliográficas, coleções de objetos, fotografias e outros documentos que estejam diretamente ligados ao tema IFTM e suas memórias.
- Todos os documentos aceitos precisam ser legalmente públicos e respeitar as legislações vigentes.

4.4 Identificadores dos documentos do acervo

A identificação deve conter informações básicas de cada documento. O CONARQ com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, dá parâmetros quanto aos metadados obrigatórios e outros que são desejáveis no contexto dos arquivos:

- número identificador atribuído pelo sistema;
 - data e hora do registro;
 - título ou descrição abreviada: palavra, frase ou grupo de caracteres que nomeiam um documento arquivístico;
 - produtor: nome da pessoa física ou jurídica responsável pela produção do documento arquivístico;
 - autor: nome da pessoa física com autoridade e capacidade para emitir o documento ou em nome da qual ou sob cujo comando o documento é emitido;
 - redator: nome da pessoa física responsável pela redação do documento;
 - originador: identificação da pessoa física ou jurídica designada no endereço eletrônico ou *login* em que o documento é gerado ou enviado.
- O registro pode incluir informações descritivas mais detalhadas a respeito do documento em questão e de outros a ele relacionados, tais como:
- data de produção;
 - data e hora de transmissão e recebimento;
 - destinatário (com identificação do cargo): organização ou pessoa para quem o documento foi dirigido;
 - espécie documental: divisão de gênero documental que reúne tipos de documentos por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, memorando, ofício, planta, relatório;
 - classificação de acordo com o código de classificação;
 - associações a documentos diferentes que podem estar relacionados pelo fato de registrarem a mesma atividade ou se referirem à mesma pessoa ou situação;
 - formato, *software* versão em que o documento foi produzido ou capturado;
 - máscaras de formatação (*templates*) necessárias para apresentar o documento;

- restrição de acesso;
- descritor: palavra ou grupo de palavras que, em indexação e tesauro, designam um conceito ou assunto preciso, excluindo outros sentidos e significados;
- prazos de guarda;
- documentos anexos (CONARQ, 2011, p. 27-28).

Quando algum identificador não for possível de recuperação, deve ser informado essa ausência. Todos os documentos devem conter os descritores estabelecidos por tesauro do CEDOCV-IFTM, que deve ficar disponível no *site* para evitar pesquisas ambíguas e deixar mais precisas as buscas.

4.5 Norma de documentos digitalizados

As recomendações para a digitalização dos documentos necessitam seguir a Resolução nº 31, de abril de 2010 que dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, que pode ser resumido no próximo quadro.

QUADRO 3: RECOMENDAÇÕES PARA A CAPTURA DIGITAL DO CONARQ – ADAPTADA

Tipo de documento	Tipo de Reprodução	Formato de arquivo digital	Resolução mínima, modo de cor e observações
Textos impressos, sem ilustração, preto e brancos - em manchas	Bitonal	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 4 bits, modo bitonal
Textos impressos, com ilustração e preto e branco. com manchas	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza
Textos impressos, com ilustração e cor	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB
Manuscritos sem a presença de cor	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza
Manuscritos com a presença de cor	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB
Fotografias (Preto e Branco e Cor)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para

			ajuste de níveis (preferencialmente)
Negativos fotográficos e diapositivos (a)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 3000 dpi, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB
Documentos cartográficos	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para ajuste de níveis (preferencialmente)
Plantas	Preto e branco	TIFF	Resolução mínima de 600 dpi, 8 bits, com possibilidade de modo tons de cinza
Microfilmes e microfichas	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, 8 bits, modo tons de cinza
Gravuras, cartazes e desenhos (Preto	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza ou cores para ajuste de níveis (preferencialmente)

FONTE: CONARQ, 2010.

Objetos que precisam ser fotografados ou filmados, devem seguir recomendações dos servidores designados pela administração do CEDOCV-IFTM. E é necessário analisar caso a caso, para definição da resolução, formato de fotografia, equipamentos disponíveis e outras especificidades que podem extrapolar um planejamento prévio.

5. ETAPAS DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

5.1 Pré-produção

Esta etapa consiste na preparação para a criação do site e na captação inicial dos documentos do CEDOCV-IFTM. Passando pelas adaptações administrativas e jurídicas:

- a) Apresentação do projeto para a comunidade do IFTM, especialmente para a gestão e para os representantes do CONSUP.
- b) Consulta dos instrumentos jurídicos e administrativos necessários para a efetiva implantação.
- c) Estabelecimento de uma Comissão responsável pelo planejamento e implantação do CEDOCV-IFTM.

- d) Apresentação dos primeiros resultados da Comissão de planejamento para a comunidade, gestão e membros do CONSUP. Entre os resultados espera-se ajustes no planejamento e um cronograma estabelecido.

5.2 Produção e Execução

Essa etapa é constituída pela construção do *site*, preparação de um acervo básico e preparação para o lançamento do CEDOCV-IFTM.

- a) Levantamento dos requisitos com a equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação e.
- b) Estruturação do *layout* do CEDOCV-IFTM, definições de requisitos e fluxos do *site*.
- c) Definições de responsabilidades sobre a implantação, inauguração e implantação do CEDOCV-IFTM.
- d) Definição da necessidade de contratação de empresas, serviços e ou material permanente para a implantação. Havendo necessidade estabelecer as rotinas administrativas necessárias aos custos estabelecidos.
- e) Definição de Política Documental e Política de segurança das informações que serão disponibilizadas no CEDOCV-IFTM.
- f) Finalização da construção do *site*. Testes iniciais dos requisitos.
- g) Inserção do acervo básico. Composto por fundos e coleções que já estão disponíveis no IFTM.
- h) Abertura de período de testes para comunidade interna. Com monitoramento das funcionalidades. Recolhendo sugestões para ajustes e melhorias.
- i) Revisão do *site* e finalização da versão para lançamento.
- j) Mobilização da comunidade do IFTM, com divulgação previa do lançamento do CEDOCV-IFTM.

5.3. Inauguração, Manutenção e Expansão

- a)

- b) Definição do evento de inauguração. Juntamente com o departamento de Comunicação do IFTM.
- c) Evento de inauguração do CEDOCV-IFTM.
- d) Após a inauguração será estabelecido uma rotina contínua de manutenção do *site*, com rotinas de *backup* e revisões de descritores e funcionalidades da página. A página inicial também requer atualização constante das notícias e eventos vinculados.
- e) Difusão dos acervos na comunidade do IFTM e para outros pesquisadores interessados na história e memória do instituto.
- f) Rotinas de análises e recolhimentos de documentos enviados ou sugeridos por terceiros.
- g) Continua busca de fontes de recursos, experiências e técnicas que possam aprimorar os objetivos de um centro de documentação.

6. REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). *Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas*. [S.I.] 2000. Disponível em:

<http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>

Acesso em 03 set 2020.

_____. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*.

[S.I.] 2010. Disponível em:

<http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf

>. Acesso em 10 ago 2020.

_____. *e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos*. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Comunicação & Sociedade*, v. 28, n. 47, p. 99-114, 2007.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.